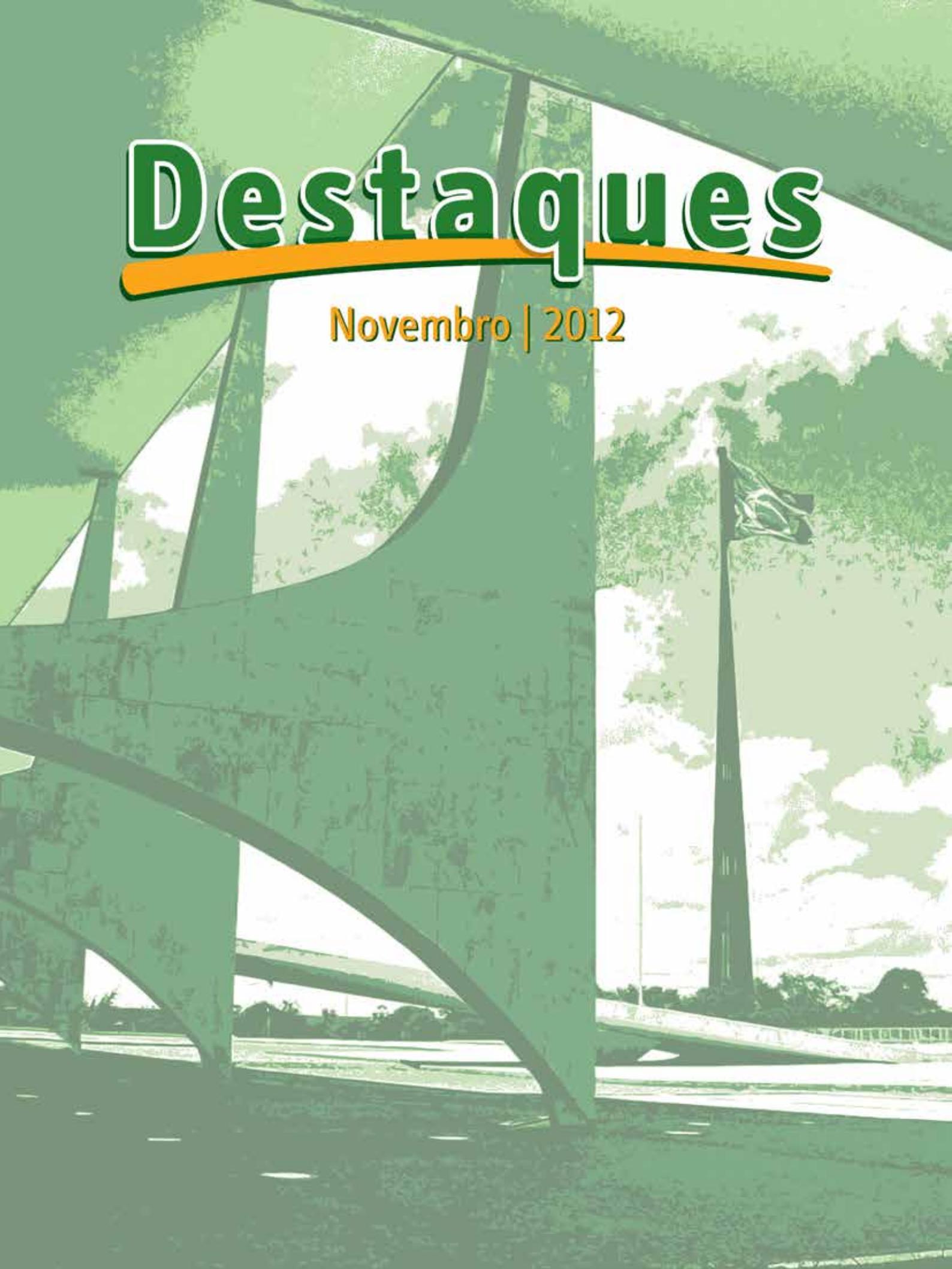


Destaques

Novembro | 2012



Copyright © 2012 - Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação e de informações nela contidas, desde que citada a fonte.

Seu conteúdo não pode ser alterado. As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Versão eletrônica disponível nos sítios www.secom.gov.br e www.planalto.gov.br

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques / Secretaria de Comunicação Social. – Ano V, n. 3 (jul./out. 2012-). – Brasília:
SECOM, 2012-.

v. : il. – Quadrimestral.

Título anterior: Destaques: ações e programas do governo Federal.

Descrição baseada em: Ano IV. n. 1 (jan./jul. 2011-).

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

Apresentação

Esta terceira e última edição do Caderno Destaques de 2012 contém informações sobre os principais programas lançados entre julho e outubro deste ano e os resultados das ações prioritárias do Governo Federal nos 22 meses de gestão até outubro.

No capítulo *Brasil em Números*, são analisados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011, que apresenta novos indicadores sobre os avanços sociais no Brasil, os quais reafirmam a tendência de redução da desigualdade, de expansão do mercado de trabalho e de mais acesso a bens, conforme o Censo Demográfico de 2010 já havia mostrado. Apesar da gravidade da crise internacional, a economia brasileira continua gerando empregos, o que mantém a taxa de desemprego nos mais baixos patamares históricos. A taxa de juros básica, a Selic, também atingiu seu mais baixo nível histórico, condição extremamente importante para o dinamismo futuro do investimento e do crescimento econômico.

Ao se aproximar do final do segundo ano de gestão, os programas prioritários do Governo Federal colecionam bons resultados, com impactos sobre a qualidade vida e a geração de oportunidades para os brasileiros e as brasileiras, como mostra o capítulo *Gestão em Destaque*. O Brasil sem Miséria, reforçado pelo Brasil Carinhoso, já garantiu a milhões de famílias a superação da extrema pobreza; 40,4% dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC previstos até 2014 já foram investidos; e o Minha Casa Minha Vida já superou a marca dos 2 milhões de moradias contratadas e estava próximo, em outubro, de atingir a marca de 1 milhão dessas casas entregues às famílias. Os estímulos ao investimento produtivo, o novo Código Florestal, a contínua redução do desmatamento na Amazônia, a ampliação do limite de crédito dos Estados para que acelerem seus investimentos e um balanço das ações para enfrentamento da seca no semiárido são outros temas tratados no capítulo.

No capítulo *Brasil e o Mundo* é apresentado um relato sintético da agenda multilateral e bilateral em que o Brasil se engajou, com destaque para as atividades ligadas à integração regional, especialmente em razão do exercício da presidência *pro tempore* do Mercosul. Os principais atos assinados no período estão identificados no capítulo *Agenda Normativa*.

Os editores do *Destaques* agradecem o apoio decisivo dos órgãos do Governo Federal que forneceram as informações contidas nesta publicação. Críticas e sugestões dos leitores são fundamentais para o aperfeiçoamento da publicação e podem ser enviadas para o e-mail destaques.secom@planalto.gov.br.

Boa leitura,

Equipe do Destaques

Sumário

Brasil em Números.....	5	Minha Casa, Minha Vida	46
Novos indicadores sociais	6	Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016	47
Cenário econômico	9	Meio Ambiente	50
Gestão em Destaque.....	12	Relação Federativa	52
Erradicação da extrema pobreza.....	13	Brasil e o Mundo	54
Infraestrutura	16	Agenda regional e multilateral	55
Desenvolvimento econômico	20	Agenda bilateral	58
Direitos e cidadania	26	Agenda Normativa	60
Saúde	30	Econômica e financeira.....	61
Educação.....	34	Social.....	64
Segurança	38	Infraestrutura.....	69
Estímulo ao Investimento	41	Internacional	70
Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres	44		



Brasil em Números

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011

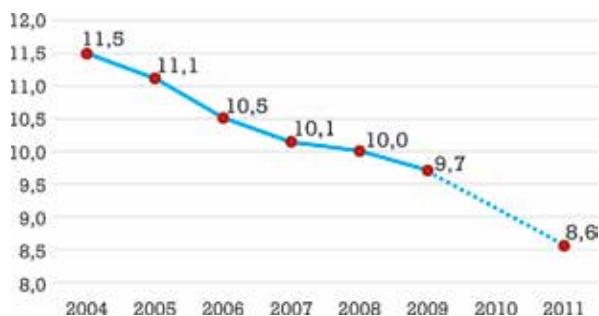
Novos avanços sociais do Brasil

Diminuem analfabetismo, desocupação e desigualdade; aumenta acesso a bens duráveis

ANALFABETISMO DECRESCΕ

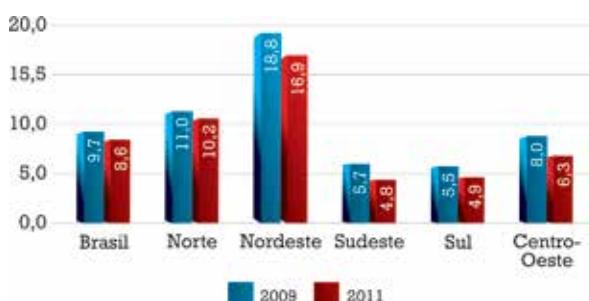
A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais caiu de 9,7% em 2009 (14,1 milhões de pessoas) para 8,6% em 2011 (12,9 milhões de pessoas). O analfabetismo concentra-se, cada vez mais, nas faixas etárias mais elevadas: em 2011, pessoas com mais de 50 anos representavam 63,6% (8,2 milhões) do total de analfabetos do país.

Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 anos ou mais (%),
Brasil – 2004-2011



O Nordeste, que concentra 52,7% dos analfabetos do país, registrou a maior queda: a taxa de analfabetismo passou de 18,8% em 2009 para 16,9% em 2011.

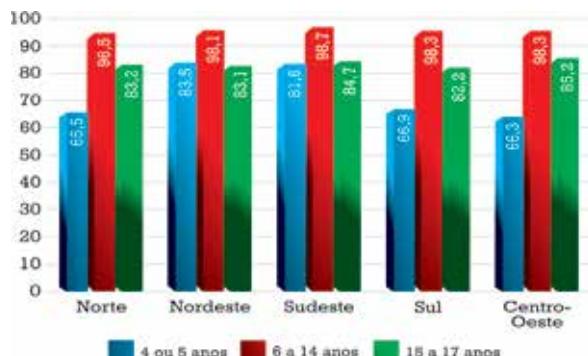
Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 anos ou mais (%),
Brasil – 2009 e 2011



MAIOR TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 4 E 5 ANOS É REGISTRADA NO NORDESTE

A taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos aumentou 0,6 ponto percentual desde 2009, chegando a 98,2% em 2011, indicando a universalização do acesso ao Ensino Fundamental. Na faixa de 4 e 5 anos, a maior taxa é a do Nordeste, com 83,5%, seguida pelo Sudeste, com 81,6%.

Taxa de Escolarização por Faixa de Idade (%),
Grandes Regiões – 2011



REDE PÚBLICA DE ENSINO ATENDEU A 78,4% DOS ESTUDANTES DO PAÍS

Em 2011, havia 53,8 milhões de estudantes no Brasil. Até o Ensino Médio, a rede pública atendeu a maioria dos estudantes: 73,5% na pré-escola; 87% na alfabetização e no nível fundamental e 87,2% no médio. No ensino superior essa dominância se inverte – a rede privada atendeu a maior parte dos 6,6 milhões de estudantes (73,2% dos universitários). Entre 2009 e 2011, entretanto, a rede pública aumentou sua participação, passando de 23,3% para 26,8%.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO ATINGIU SEU MENOR NÍVEL HISTÓRICO

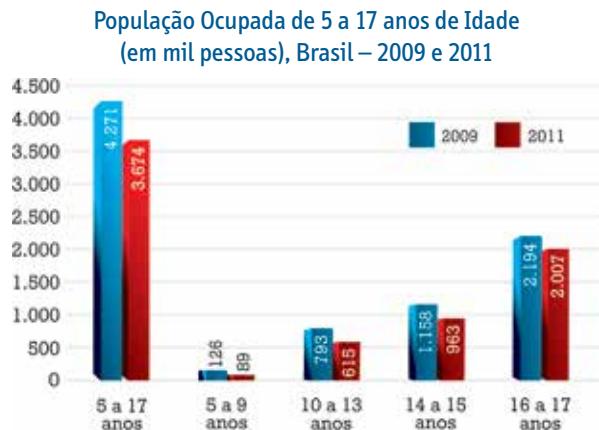
A queda da taxa de desocupação, de 8,2% em 2009 para 6,7% em 2011, ocorreu em todas as regiões do Brasil. As menores taxas foram registradas no Sul (4,3%) e no Centro-Oeste (5,8%), e a maior, no Nordeste (7,9%). A população desocupada diminuiu de 8,2 milhões de pessoas em 2009 para 6,6 milhões em 2011, enquanto a população ocupada cresceu, passando de 91,4 milhões para 92,5 milhões de pessoas.



A maior formalização das relações de trabalho é confirmada pelo aumento do número de empregados com carteira assinada no setor privado, que passou de 70,2% em 2009 para 74,6% em 2011.

DIMINUIU O TRABALHO INFANTIL

Entre 2009 e 2011, 597 mil crianças ou adolescentes saíram do mercado de trabalho. A maior redução, de 23,5%, ocorreu na faixa etária de 5 a 13 anos.



O nível de ocupação das pessoas de 5 a 17 anos continuou a tendência de declínio, recuando de 9,8% para 8,6% entre 2009 e 2011. Entre as crianças e adolescentes ocupados nessa faixa etária, 80,4% frequentavam a escola e 37,9% realizavam trabalhos não remunerados (produção para consumo próprio ou construção para próprio uso).

A ocupação mais frequente da população de 5 a 13 anos é na atividade agrícola (63,5%).

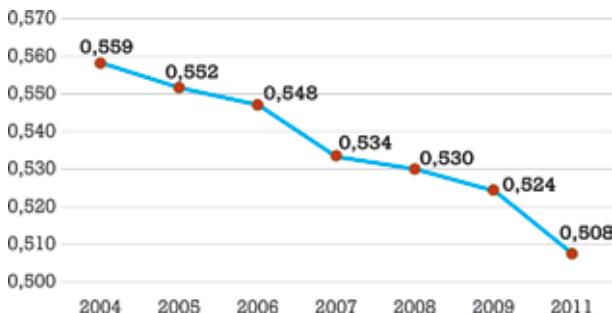
RENDIMENTO DO BRASILEIRO CRESCEU

O rendimento médio mensal do trabalho em 2011 foi de R\$ 1.345, contra R\$ 1.242 em 2009, variação real de 8,3%. Essa elevação ocorreu em todos os décimos da distribuição de rendimentos, sendo maior na menor faixa de renda considerada: 29,2% no primeiro décimo (os 10% de menor renda). O segundo, quarto e quinto décimos também apresentaram acréscimos expressivos, de 27,0%, 12,4% e 13,6%, respectivamente.

DESIGUALDADE DE RENDA MANTÉM TENDÊNCIA DE QUEDA

O grau de concentração de renda continuou em declínio no Brasil: o índice de Gini diminuiu de 0,524 para 0,508 entre 2009 e 2011. Houve queda da desigualdade nos rendimentos do trabalho, de 0,518 para 0,501, e no rendimento domiciliar, de 0,509 para 0,501.

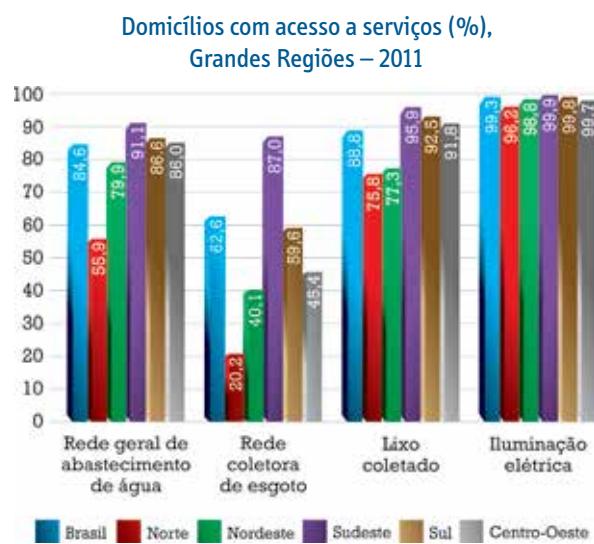
Índice de Gini – Rendimento de todas as fontes, Brasil – 2004 a 2011



A região Norte foi a única a apresentar elevação do índice de Gini, de 0,488 para 0,496 entre 2009 e 2011. A queda mais expressiva ocorreu na região Sul (de 0,483 para 0,461). Os maiores índices em 2011 foram registrados nas regiões Nordeste (0,522) e Centro-Oeste (0,520). No Sudeste, passou de 0,495 para 0,480.

CRESCE ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

A quantidade de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água cresceu de 84,3% para 84,6% do total de domicílios entre 2009 e 2011, indicando que 2,5 milhões de lares foram conectados à rede de abastecimento.



O total ligado à rede coletora de esgoto também cresceu, de 59,1% para 62,6% no mesmo período – mais 3,8 milhões de domicílios conectados.

A coleta de lixo também passou a ser feita em mais domicílios, atendendo a 88,8% em 2011.

Em 2011, o acesso à energia estava praticamente universalizado. O número de residências com iluminação elétrica cresceu de 98,9% para 99,3% do to-

tal de domicílios entre 2009 e 2011, o que corresponde a mais 3 milhões de lares com energia elétrica.

COMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET FOI O BEM CUJA PRESENÇA MAIS AUMENTOU NOS LARES BRASILEIROS

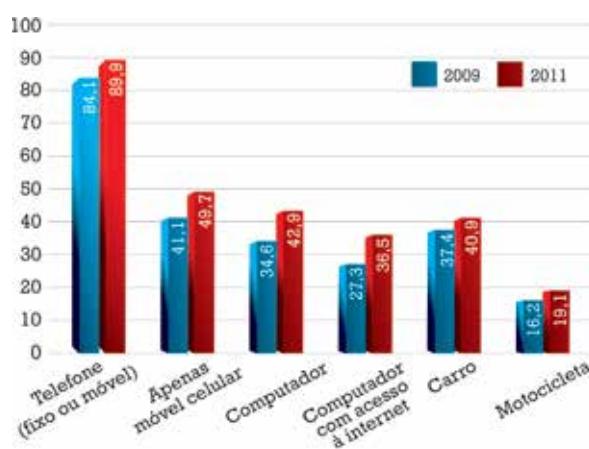
Em 2011, 36,5% dos domicílios possuíam computador com acesso à internet, contra 27,3% em 2009. O número de domicílios que possuíam computador cresceu de 34,6% para 42,9%.

Aumentou também o número de domicílios com telefone (celular ou fixo), de 84,1% para 89,9%. A parcela de lares apenas com celular cresceu de 41,1% para 49,7%.

Em 2011, 98,6% dos domicílios tinham fogão, 95,8% tinham geladeira e 96,9% tinham televisão. O número de domicílios com máquinas de lavar também cresceu de forma significativa, de 44,3% para 51,0%.

O número de domicílios com carro passou de 37,4% para 40,9%. No caso de motocicletas, o aumento foi ainda maior, passando de 16,2% para 19,1% dos domicílios.

Domicílios com Posse de Bens Duráveis (%), Brasil – 2009 e 2011



Cenário econômico

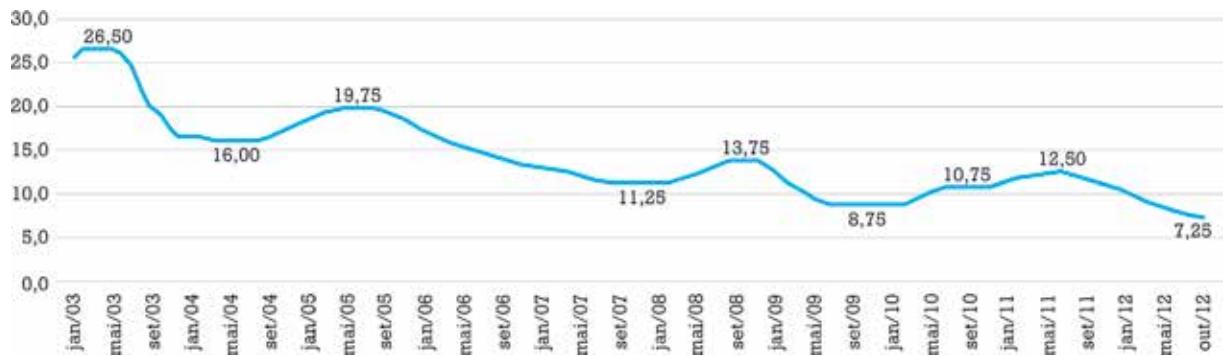
SELIC e taxa de desemprego nos menores níveis históricos

A mudança no patamar dos juros ocorre com manutenção da estabilidade econômica e continuidade da expansão do emprego.

A taxa SELIC manteve a trajetória de queda iniciada em agosto de 2011, atingindo mais uma marca histórica em outubro, com sua fixação em 7,25% pelo Comitê de Política Monetária – COPOM. A re-

dução dos juros favorece o resultado fiscal, desonera o investimento produtivo e diminui a pressão do movimento de capitais sobre a taxa de câmbio.

Taxa básica de juros – SELIC - janeiro de 2003 a outubro de 2012 – % ao ano



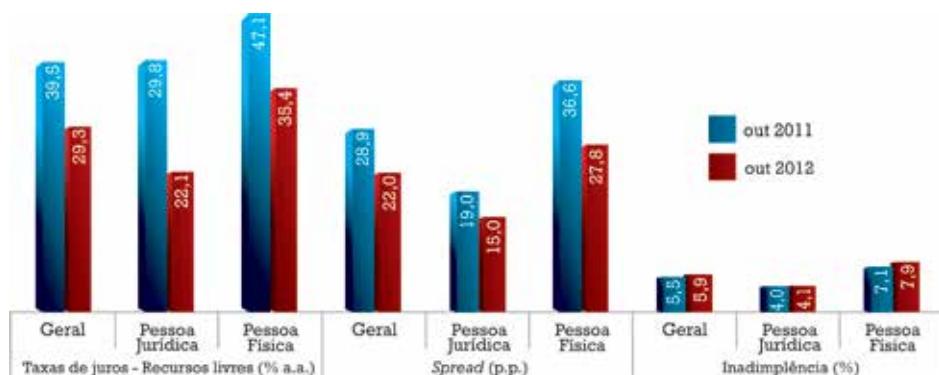
Fonte: Banco Central do Brasil

CRÉDITO

O volume de crédito segue em expansão no país, tendo totalizado R\$ 2,3 trilhões em outubro, sendo R\$ 1,4 trilhão de recursos livres e R\$ 830,4 bilhões de crédito direcionado. Esses valores representam, nos últimos 12 meses, um crescimento de 16,6%

do volume total de crédito e de 4,4 p.p. na relação crédito/PIB, que alcançou 51,9% em outubro. A expansão ocorre concomitantemente à redução das taxas médias de juros, tanto para pessoa jurídica quanto física, bem como dos spreads bancários. Nos últimos 12 meses, a taxa média de juros caiu 10,2 p.p. e os spreads, 6,9 p.p.

Taxas de juros, spread e inadimplência do crédito com recursos livres – variação nos últimos 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil

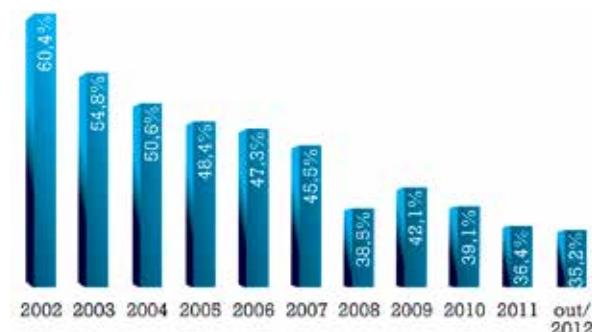
RESULTADO FISCAL

O superávit primário do setor público consolidado (Governo Central, Governos Regionais e Estatais) foi de R\$ 88,2 bilhões no acumulado de janeiro a outubro, correspondendo a 2,42% do PIB.

No mesmo período, o superávit do Governo Central – que inclui, além do Governo Federal, o Banco Central e o INSS – correspondeu a R\$ 64,1 bilhões (1,76% do PIB).

Nos últimos anos, a política fiscal tem promovido uma contínua redução do endividamento público. Em outubro, a dívida líquida do setor público correspondia a 35,2% do PIB.

Dívida líquida do setor público em % do PIB
2002 a 2011 e outubro de 2012



Fonte: Banco Central e Ministério da Fazenda

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Os índices de preços registram, em 2012, desaceleração em relação a 2011, em trajetória de convergência para o centro da meta. O IPCA acumulado

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)- acumulado até outubro, em 2011 e 2012



Fonte: IBGE

entre janeiro e outubro de 2012 foi 1,05 p.p. inferior ao registrado no mesmo período de 2011.

COMÉRCIO EXTERNO E INVESTIMENTO

O fluxo de comércio com o exterior se mantém em patamar elevado. Nos dez primeiros meses de 2012, as exportações somaram US\$ 202,4 bilhões, 2º maior valor histórico para o período janeiro-outubro, inferior apenas ao montante recorde exportado no mesmo período de 2011 (US\$ 212,1 bilhões). A participação dos produtos industrializados no total das exportações brasileiras cresceu de 49,9% para 50,7% na comparação do período janeiro-outubro de 2012 com o mesmo período de 2011.

As importações somaram US\$ 185 bilhões, correspondendo, também, ao 2º maior valor da série histórica para o período, com recuo de 0,9% frente ao montante recorde importado no mesmo período de 2011 (US\$ 186,7 bilhões).

No período de janeiro a outubro, os investimentos estrangeiros diretos acumularam o segundo maior valor para o período (US\$ 55,3 bilhões), recuo de 1,2% em relação ao montante recorde do mesmo período de 2011 (US\$ 56,0 bilhões).

ATIVIDADE ECONÔMICA

No terceiro trimestre de 2012, o Produto Interno Bruto a preços de mercado cresceu 0,6% em relação ao trimestre anterior, com crescimento de 2,5% da Agropecuária, 1,1% da Indústria e variação nula em Serviços.

No acumulado dos três primeiros trimestres de 2012, o Produto Interno Bruto a preços de mercado cresceu 0,7% em relação ao mesmo período de 2011. O setor de Serviços cresceu 1,5%, enquanto a Indústria e a Agropecuária recuperaram 1,1% e

1,0%, respectivamente. No acumulado de quatro trimestres, o crescimento do PIB foi de 0,9%.

EMPREGO

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais, divulgados em setembro, mostram que o ano

de 2011 registrou a terceira maior geração de empregos da série histórica iniciada em 1985, com 2,2 milhões de novos empregos formais. Nos primeiros dez meses de 2012 foram gerados 1.688.845 empregos formais, crescimento de 4,46% em relação a dezembro de 2011.

Saldo de empregos gerados entre 2003 e 2012

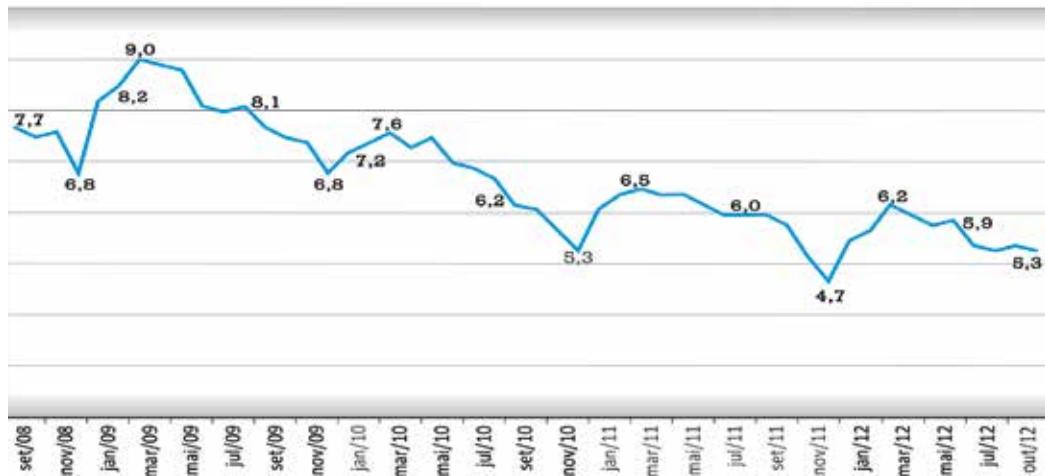


Fonte: MTE - RAIS (2003-2011); CAGED (2012)

A taxa de desemprego medida pelo IBGE nas seis maiores regiões metropolitanas registrou, nos últimos meses, os menores valores desde 2002, início

da atual série da pesquisa. Em outubro, a taxa foi de 5,3%, o menor patamar já registrado para o mês.

Evolução da taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas setembro/2008 a outubro/2012



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE

Nota: as seis regiões metropolitanas pesquisadas são Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo



Gestão em Destaque

Erradicação da extrema pobreza

Brasil Sem Miséria

Nove anos do Bolsa Família e sanção da Medida Provisória do Brasil Carinhoso fortalecem as ações para a superação da extrema pobreza no Brasil

GARANTIA DE RENDA

Bolsa Família

Em outubro, foi alcançada a marca de 13,7 milhões de famílias beneficiadas pelo programa em todo o país. Somente em 2012, foram transferidos R\$ 17,3 bilhões aos beneficiários do Bolsa Família. A maior parte dos pagamentos foi realizada na região Nordeste, que concentra 51% das famílias beneficiadas (7 milhões).

Busca ativa: até agosto, 781,9 mil famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único e passaram a receber o Bolsa Família.

Gestantes e nutrizes de baixa renda: em outubro, receberam os benefícios adicionais 195,6 mil gestantes, com o compromisso de realizar o pré-natal de forma adequada, e 216,1 mil nutrizes, garantindo melhores condições de saúde e alimentação à mãe e ao bebê.



Em 20 de outubro, o Programa Bolsa Família completou nove anos, já tendo beneficiado mais de 50 milhões de pessoas a um custo de 0,46% do PIB. A importância do benefício pode ser percebida em seu efeito multiplicador nas economias locais, na progressão e frequência escolar de crianças e adolescentes, na realização do pré-natal e na amamentação. Nesse período, o Bolsa Família tornou-se modelo de programa de transferência de renda no mundo e está entre os mais recomendados pela ONU.

Brasil Carinhoso

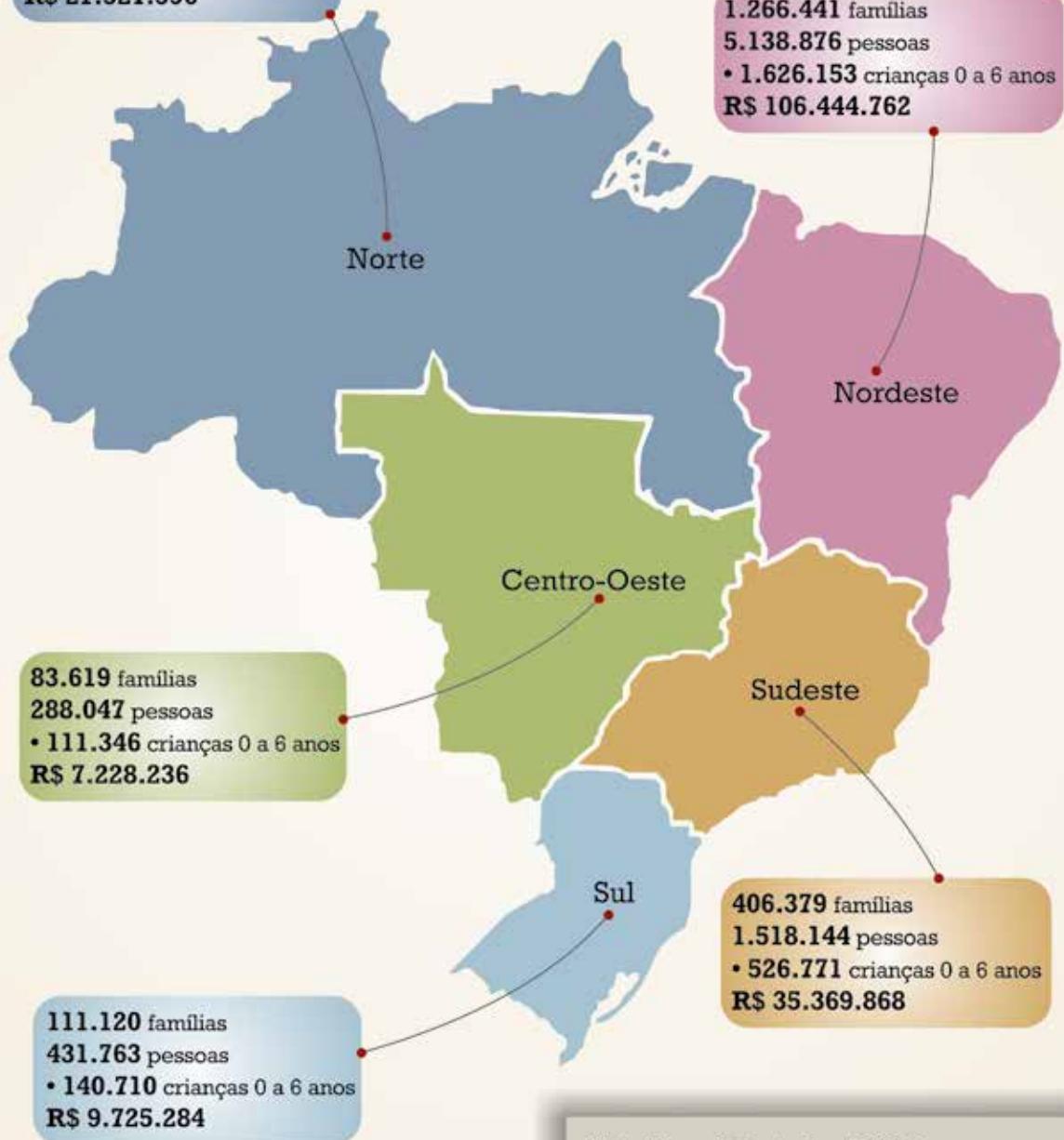
Em outubro, foram repassados R\$ 186,3 milhões a 2,16 milhões de famílias, beneficiando cerca de 7 milhões de pessoas, das quais 2,8 milhões são crianças de 0 a 6 anos. A maior parte dessas crianças está localizada na região Nordeste, 57,6%.

Suplemento de Ferro: foram distribuídas 2,2 milhões de doses de sulfato ferroso para 735 mil crianças menores de 5 anos e 57 milhões de comprimidos para gestantes, desde maio/2012.

Suplementação de vitamina A: houve aumento de 50% na quantidade de crianças que aderiram ao tratamento com megadose de vitamina A desde o lançamento do Programa, atingindo a marca de 2,9 milhões de crianças, sendo 573 mil durante a campanha de vacinação de agosto.

Benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância

297.461 famílias
1.322.573 pessoas
• 418.212 crianças 0 a 6 anos
R\$ 27.521.596



Total Brasil (outubro/2012):
2.165.020 famílias
8.699.403 pessoas
• 2.823.192 crianças 0 a 6 anos
R\$ 186.289.746

Recurso adicional para creches que atendam crianças de famílias beneficiárias do Bolsa Família: 2.673 municípios informaram 368,3 mil crianças do Bolsa Família matriculadas em 21,9 mil creches, o que representará repasse de R\$ 205 milhões em 2012.

Alimentação escolar: os valores repassados para alimentação foram aumentados em 66,7%, beneficiando 5,5 milhões de crianças em creches e pré-escolas.



A Lei 12.722, que garante os benefícios da ação Brasil Carinhoso, foi sancionada em outubro.

INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – BSM: até outubro, 512,7 mil vagas haviam sido ofertadas para pessoas de baixa renda e 233,7 mil matrículas já haviam sido realizadas, das quais 66% foram para mulheres e 44,8% para jovens entre 18 e 28 anos. Entre os estados com mais matrículas realizadas, destacam-se Rio Grande do Sul (38 mil), São Paulo (18,9 mil), Pernambuco (18,4 mil), Minas Gerais (17,8 mil) e Bahia (17,4 mil). As vagas ofertadas já contemplam mais de 400 cursos técnicos e de educação profissional.

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer: desde o início do programa, em setembro de 2011, até outubro de 2012, foram contratadas 2,87 milhões de operações, no valor de R\$ 3,61 bilhões. Apenas em 2012 foram 2,26 milhão de operações.

INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

Fomento às atividades produtivas rurais

Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER): até outubro, 180 mil famílias de agricultores extremamente pobres tinham assistência garantida, das quais 28 mil já estão sendo acompanhadas.

Fomento: 16,4 mil famílias receberam fomento no valor de R\$ 1.000, até outubro. As outras duas parcelas, de R\$ 700 cada, serão pagas com intervalos de seis meses. Os recursos são usados para implementar o projeto de estruturação produtiva elaborado e acompanhado pelos agentes de ATER.

Luz para Todos

Desde janeiro/2011, o Luz para Todos realizou 130,8 mil ligações elétricas que beneficiaram famílias extremamente pobres atendidas pelo Programa Bolsa Família.

Água para Todos

Até outubro, foram entregues 164,2 mil cisternas a famílias do semiárido inscritas no Cadastro Único. Desde 2003, foram construídas mais de 489 mil. As cisternas são reservatórios que permitem às famílias guardar água para o consumo e o preparo de alimentos durante a seca.

Bolsa Verde

Até outubro, 30,6 mil famílias que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas federais extrativistas ou de desenvolvimento sustentável e assentamentos ambientalmente sustentáveis estavam recebendo o pagamento trimestral de R\$ 300 para continuarem a realizar a conservação de ativos ambientais.

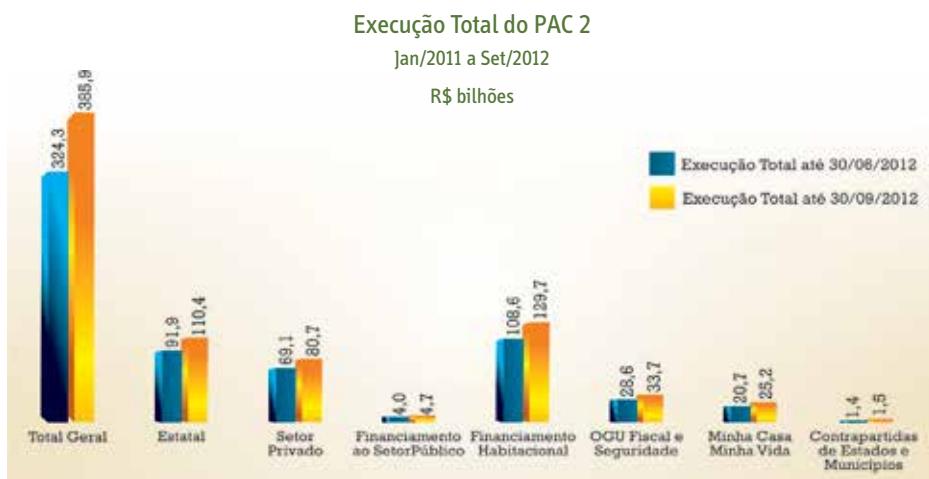
Infraestrutura

38,5% das obras do PAC2 foram concluídas

Investimentos em obras e ações de grande complexidade para aprimorar a infraestrutura do Brasil

A execução do PAC 2, até setembro de 2012, foi a maior desde o início do programa em 2007. Em 21 meses, foram investidos R\$ 385,9 bilhões, 40,4%

do total previsto até 2014. Somente no trimestre julho a setembro de 2012, foram investidos R\$ 61,6 bilhões, 19% mais que no mesmo período de 2011.



Fonte: : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

OBRAS CONCLUÍDAS

As obras concluídas representam investimento de R\$ 316,6 bilhões. Desse total, R\$ 272,7 bilhões foram executados em 2011 e 2012, o que equivale a 38,5% do previsto para ser concluído até 2014. Os principais destaques são:

- **Rodovias:** 1.120 km.
- **Ferrovias:** 459 km.
- **Portos:** 14 empreendimentos.
- **Aeroportos:** 16 empreendimentos.
- **Equipamentos para estradas vicinais:** 1.275 retroescavadeiras entregues.
- **Geração de energia elétrica:** acrescidos 4.244 megawatts ao sistema.
- **Transmissão de energia elétrica:** 3.308 km de linhas de transmissão e 13 subestações.

- **Luz para Todos:** 337.903 ligações realizadas pelo programa.
- **Exploração e Produção de Petróleo e Gás:** 17 empreendimentos.
- **Refino e Petroquímica:** 13 empreendimentos.
- **Fertilizantes e Gás Natural:** 7 empreendimentos.
- **Indústria Naval:** construída 1 sonda de perfuração e contratados financiamentos de 229 embarcações e 7 estaleiros.
- **Saneamento:** 465 empreendimentos.
- **Prevenção em Áreas de Riscos – Drenagem:** 32 obras.
- **Mobilidade Urbana:** Metrô de Fortaleza – Linha Oeste.
- **Programa MCMV II:** 953.645 unidades habitacionais contratadas.

- **Financiamento Habitacional:** 780.955 mil contratos firmados.
- **Urbanização de assentamentos precários:** 826 empreendimentos.
- **Recursos hídricos:** 19 empreendimentos, 42 sistemas de esgotamento sanitário e 177 localidades com sistemas de abastecimento.
- **Água em áreas urbanas:** 447 empreendimentos.

EXECUÇÃO DAS OBRAS EM TODO O PAÍS



Transporte

- **Rodovias:** 2.795 km em duplicação e adequação; 5.318 km em construção e pavimentação.
 - Conclusão de 81 km de duplicação da BR-101 (RN), estratégica para o desenvolvimento econômico da região Nordeste.
 - Conclusão da pavimentação da BR-470 (RS), que melhorará o escoamento da produção local e o acesso entre o Rio Grande do Sul e os portos de Santa Catarina.
 - Manutenção de rodovias: entre julho e outubro, foram contratadas obras de manutenção em 13,8 mil km de rodovias, significando que 22,1 mil km da malha rodoviária nacional estão cobertos por contratos na modalidade Contrato de Reabilitação e Manutenção de Rodovias (Cremá). Além disso, foram publicadas licitações correspondentes a 30,8 mil km. Executada também a sinalização em 27.101 km de rodovias.
- **Ferrovias:** 2.672 km em construção.
 - Conclusão de 163 km da Ferronorte, do Alto Araguaia até Itiquira, trecho importante para escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste.

- **Aeroportos:** 22 obras em 17 aeroportos.
- Conclusão de 16 obras em 10 aeroportos e aumento da capacidade dos aeroportos brasileiros em mais de 13 milhões de passageiros por ano.

- **Portos:** 27 obras em 12 portos.

- O programa Porto Sem Papel está em operação plena em 26 portos brasileiros: Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Vitória (ES), Salvador (BA), Aratu (BA), Ilhéus (BA), Fortaleza (CE), Pecém (CE), Barra do Riacho (ES), Recife (PE), Suape (PE), Itaguaí (RJ), Niterói (RJ), Angra dos Reis (RJ), Forno (RJ), Cabedelo (PB), Natal (RN), Areia Branca (RN), Maceió (AL), Itajaí (SC), Laguna (SC), São Francisco do Sul (SC), Imbituba (SC), Paranaguá (PR), Antonina (PR) e São Sebastião (SP).

- **Hidrovias:** 21 terminais hidroviários em construção.



Energia

- **Poços exploratórios do Pré e Pós-sal:** 285 poços iniciados, sendo 138 em mar e 147 em terra. Destes, 231 foram concluídos.
- **Geração de energia elétrica:** 135 obras em andamento, que aumentarão em 28.022 MW a capacidade de geração de energia do país. São 11 hidrelétricas, 28 termelétricas, 87 usinas eólicas e 9 pequenas centrais hidrelétricas em construção.
- **Transmissão de energia:** 23 linhas estão em obras, totalizando 10.657 km, além de 21 subestações transformadoras de energia.
- **Refino e Petroquímica:** destaque para:
 - Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco – 64% das obras realizadas;

- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – 41% das obras realizadas;
- Refinaria Premium I no Maranhão – 7,6% das obras realizadas.

CRESCE A CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA

- UHE Santo Antônio (RO) está em operação parcial, com seis turbinas em funcionamento com capacidade para gerar 417 MW.
- UHE Passo do São João (RS) foi concluída e está gerando energia para Região Sul.
- Belo Monte (PA), com capacidade de 11.233 MW, a maior usina de geração de energia em construção no mundo, já executou 16% das obras.
- A Usina de Jirau (RO) iniciou o enchimento do reservatório, funcionará a fio d'água por meio de turbinas de última geração, que diminuem a área alagada.
- Início de produção da plataforma Cidade de Anchieta (ES), do tipo FPSO, com capacidade de produção de 100 mil barris por dia, equivalente a 5% da produção nacional. Essa plataforma destina-se exclusivamente à produção da camada pré-sal do Parque das Baleias.



Água e Saneamento

- Água em Áreas Urbanas: 97% dos R\$ 13,3 bilhões de obras previstas estão contratadas, beneficiando 1.946 municípios nos 26 estados e Distrito Federal. Realizado 91% das obras para ampliar o abastecimento de água em João Pessoa (PB) e 80% em Salvador (BA).
- R\$ 34,1 bilhões contratados para execução de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, saneamento integrado e desenvolvimento institucional.
- 99,1% das obras e projetos de saneamento estão contratados, beneficiando 3.236 municípios.



Assentamentos precários

- 99,3% das obras e projetos de urbanização de assentamentos precários estão contratados, do total de R\$ 28 bilhões. Um destaque dessas obras é a urbanização da Vila do Mar, em Fortaleza (CE) que está com 63% de execução.
- 826 empreendimentos de urbanização de assentamentos precários, do total contratado desde 2007, foram concluídos.



Equipamentos Sociais

- Foram contratadas 99,8% das 7.563 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 99,7% das 275 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) selecionadas.
- Foram assinados os contratos de 99,8% das 3.019 creches e pré-escolas selecionadas.
- Os contratos de 99,6% das 2.862 quadras esportivas selecionadas foram assinados.
- Contratadas 100% das 359 Praças dos Esportes e da Cultura, em 325 municípios nos 26 estados e no Distrito Federal. Desse total, 109 estão em obras.



Recursos Hídricos

- Projeto de Integração do São Francisco, obra que envolverá investimentos de R\$ 8,2 bilhões, está avançando. No Eixo Leste, 51% das ações já foram executadas e, no Eixo Norte, esse índice é 26%.
- O Eixão das Águas (CE) – Trecho V mobiliza investimentos de R\$ 288 milhões e, com 94% executados, deve ser concluído em abril de 2013, assegurando a oferta de água no Ceará.

- A Adutora do Algodão (BA), sistema composto de estação elevatória, adutora e estação de tratamento de água, com captação no Rio São Francisco, foi concluída em setembro de 2012.



Mobilidade

- **Grandes Cidades:** os projetos apoiados para ampliar a oferta de transporte público de qualidade nas cidades com mais de 700 mil habitantes irão melhorar direta e indiretamente as condições de mobilidade de cerca de 53 milhões de brasileiros em 51 municípios. Serão investidos R\$ 32,7 bilhões, sendo R\$ 10,2 bilhões do Orçamento Geral da União, R\$ 12,2 bilhões em financiamento de bancos federais e R\$ 10,3 bilhões em contrapartidas estaduais ou municipais. Estão previstas:
 - 800 km de vias de transporte urbano novas ou modernizadas, sendo 600 km de corredores de ônibus e 200 km de trilhos.
 - 7 novas linhas de metrô em 6 cidades – Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Gonçalo, Niterói, Fortaleza, Salvador
 - 1.060 novos trens e VLTs.
 - 381 terminais de passageiros e estações novos ou modernizados.
- **Médias Cidades:** está em curso processo de seleção de projetos em cidades com população entre 250 mil e 700 mil habitantes, beneficiando mais de 27 milhões de pessoas. 71 municípios apresentaram 110 propostas.



Prevenção

- **Contenção de Encostas:** foram contratados 116 empreendimentos em 71 municípios de 10 estados, mobilizando R\$ 595,3 milhões. Estão selecio-

nados 21 empreendimentos em 27 municípios de 2 estados no valor de R\$ 594,3 bilhões.

- **Drenagem:** estão contratadas obras no valor de R\$ 9,9 bilhões, do total de R\$ 13,2 bilhões selecionados, para diminuir riscos de enchentes e inundações em 22 estados.
- **Risco:** no Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, foram selecionados R\$ 4,7 bilhões em 57 obras de drenagem, contenção de cheias e encostas em MG (27), RJ (15), SC (9), PE (1) e SP (5).
- **Semiárido:** para proteger a população dos efeitos da seca na região do semiárido, foram selecionados 159 empreendimentos que beneficiarão 10 estados. Serão investidos R\$ 2,2 bilhões em obras de abastecimento de água em áreas urbanas e rurais para consumo humano, tais como adutoras, reservatórios e barragens com sistema de distribuição. Os estados serão responsáveis pela execução de obras que mobilizarão R\$ 1,8 bilhão; as demais serão realizadas pelo Governo Federal.

UF	Empreendimentos	R\$ Milhões
AL	11	187,5
BA	35	648,0
CE	30	195,8
MA	3	39,9
MG	26	201,8
PB	8	95,2
PE	20	274,3
PI	11	318,2
RN	12	110,1
SE	3	156,7
Total	159	2.227,5

Desenvolvimento econômico

Políticas para estimular o crescimento econômico e a competitividade

Novos programas e ampliação das medidas no Brasil Maior para incentivar investimentos e promover o crescimento em 2013

BRASIL MAIOR

Desoneração da folha

Em 2012, quinze setores foram contemplados com a desoneração da folha de pagamentos, e a partir de 2013 serão quarenta beneficiados. A economia para esses setores será de R\$ 3 bilhões em 2012 e de R\$ 12,83 bilhões em 2013.

	Estimativa para 2013, em R\$ bilhões		
	ANTES: Contribuição sobre a folha de pagamentos	NOVA MEDIDA: Contribuição sobre o faturamento (1 ou 2%)	Desoneração para o setor
Indústria	15,07	5,97	9,10
Serviços	3,12	1,54	1,58
Transportes	3,37	1,22	2,15
Total	21,57	8,74	12,83

Fonte: Ministério da Fazenda

Depreciação acelerada

Caminhões e vagões – as unidades adquiridas entre setembro e dezembro de 2012 poderão ter sua depreciação acelerada de 48 meses para 12 meses. Essa medida reduzirá a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, disponibilizando recursos para investimentos. O impacto previsto será de R\$ 586 milhões em 2013.

Bens de capital - válida para todas as aquisições de máquinas e equipamentos (agrícolas, industriais, comerciais) realizadas entre 16 de setembro

e 31 de dezembro de 2012. O prazo para depreciação foi reduzido para cinco anos (20% ao ano). O impacto da medida entre 2013 e 2017 equivale a R\$ 6,8 bilhões.

Prorrogações de redução ou isenção de impostos para estimular a produção e o emprego

Automóveis – As isenções e reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2012. A renúncia fiscal será de R\$ 2,8 bilhões em 2012. Em outubro, o licenciamento de veículos novos alcançou 341,6 mil unidades, com crescimento de 21,8% em relação a outubro de 2011.

Linha Branca – Também foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2012 as medidas de redução e isenção de IPI para produtos com maior eficiência energética. Fogões e tanquinhos permanecem com alíquota zero; congeladores e refrigeradores, 5%; e lavadoras de roupa, 10%. Para os últimos quatro meses do ano, estima-se uma economia para o setor de R\$ 361 milhões. Até agosto de 2012, a produção da Linha Branca apresentou crescimento de 12,1%, após ter ficado estável em 2011.

Móveis, painéis, laminados e luminárias – até 31 de dezembro de 2012 terão alíquota de IPI igual a zero. A redução de custos decorrente da prorrogação será de R\$ 393 milhões nos últimos três meses do ano. A produção industrial do setor mobiliário

apresenta seu quarto ano consecutivo de crescimento.

Bens de Capital – A redução do IPI foi prorrogada para dezembro de 2013, com renúncia fiscal projetada de R\$ 1,1 bilhão no próximo ano.

Material de Construção – Foram prorrogadas as desonerações de IPI até dezembro de 2013. Novos produtos foram incluídos a partir de setembro com alíquota zero: pisos laminados, de madeira sólida e vinílicos, além de placas de gesso (drywall). A redução de custos para o setor decorrente da medida será de R\$ 2,2 bilhões no próximo ano.

Programa de Sustentação do Investimento – PSI

As linhas especiais de financiamento para a compra de bens de capital, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos por meio do PSI, previstas para encerrar em 31 de agosto, foram aprimoradas e mantidas até 31 de dezembro de 2012. Dentre os aprimoramentos, destaca-se a redução, para 2,5%, da taxa anual para financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME) e de caminhões.

Duas novas linhas de financiamento foram criadas:

Aquisição de bens de capital usados – Com dotação de R\$ 1 bilhão, entrou em vigor em setembro e destina-se à aquisição de bens usados e de fabricação nacional como máquinas, ferramentas, caminhões, tratores, carretas, reboques e aeronaves.

Refinanciamento – entrou em vigor em setembro e destina-se a refinanciar dívidas já existentes de empresas do setor de fabricação de máquinas e equipamentos e empresas do setor de transporte rodoviário de cargas.

Desde sua criação em 2009 até outubro de 2012 o PSI já financiou R\$ 162,6 bilhões.

Compras governamentais

Em agosto, novos produtos passaram a contar com a margem de preferência por produtos de fabricação nacional nas compras do governo: trens urbanos (20%), papel para impressão de papel-moeda (20%), caminhões (17%) e furgões (15%).

Mais recursos na economia - Redução do compulsório sobre depósitos

Foi implantada em setembro/outubro a redução do compulsório de 6% para 0% nos depósitos à vista e de 12% para 11% nos depósitos a prazo. Nos meses de setembro e outubro, o montante total de depósitos compulsórios apresentou redução de R\$ 29,5 bilhões. No acumulado do ano até outubro, essa redução foi de R\$ 78,6 bilhões. São recursos que deixaram de ser recolhidos ao Banco Central e passaram a circular e aquecer a economia.

Novas empresas acessando benefícios como exportadoras

Em setembro foi reduzido para 50% o percentual mínimo das exportações no faturamento das empresas para caracterizá-las como preponderantemente exportadoras. Até então, esse percentual era de 60% em setores que utilizam mão de obra intensiva ou 70% nos demais setores. A decisão enquadrou mais empresas para usufruir do benefício da suspensão de IPI, PIS e COFINS sobre a aquisição de insumos para a produção.

Inovação em Petróleo e Gás

Lançado em agosto, o Programa INOVA PETRO é uma iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES, com o apoio técnico da Petrobras. Com recursos de R\$ 3 bilhões, o programa fomenta projetos que con-

templet pesquisas, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, visando o desenvolvimento de fornecedores brasileiros da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural. O primeiro edital foi publicado em setembro, para projetos de inovação a serem desenvolvidos integralmente no território brasileiro, abrangendo as temáticas “Processamento de superfície”; “Instalações submarinas” e “Poços”. O INOVA PETRO tem vigência até 2017.

Incentivo ao Financiamento privado para investimentos

Foram aprimoradas as regras de incentivo ao financiamento de projetos de investimento de longo prazo pela Lei 12.715, de setembro de 2012. As mudanças realizadas trazem maior segurança a esse mercado e são um incentivo para que o setor privado capte recursos para financiar investimentos de longo prazo. O mecanismo prevê tratamento tributário diferenciado para os rendimentos de títulos que sejam usados para captar recursos para investimentos na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Principais medidas:

Ganhos de Capital – a redução na alíquota de imposto de renda passou a alcançar quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, inclusive ganho de capital auferido na alienação.

Uso dos recursos captados – passou a ser permitido o uso dos recursos captados para pagamento de gastos, despesas ou dívidas associadas ao projeto, de até dois anos antes do encerramento da oferta pública dos títulos.

Penalidades – nos casos em que os recursos não forem aplicados de acordo com as exigências legais, o responsável é o emissor do título, que arcará com as multas previstas. O investidor continua, dessa forma, com direito ao benefício tributário.

Fundos mútuos com benefícios tributários – reduz de 95% para 85% o limite mínimo de títulos ou valores mobiliários incentivados na composição do patrimônio líquido dos fundos criados para que a remuneração tenha alíquota reduzida, podendo ser de 67% nos dois primeiros anos.

Novas empresas no RECOF

Em setembro, foram flexibilizadas as regras de funcionamento do Regime Aduaneiro Especial de Entreponto Industrial sob Controle Informatizado (Recof). Também conhecido como “aduana virtual”, o regime permite que insumos e partes destinadas a processos industriais possam ser despachados com maior agilidade e transportados diretamente aos estabelecimentos importadores, com suspensão do recolhimento dos tributos mediante compromisso de realização de determinado volume de exportações e de industrialização dos insumos importados.

As principais mudanças:

- Fim das restrições setoriais para participação no regime, que passa a abranger qualquer empresa do segmento industrial, essencialmente de montagem;
- Unificação do valor mínimo exportado em US\$ 10 milhões, com flexibilização nas regras de enquadramento;
- Estabelecimento de prazo de dois anos para que as empresas alcancem o volume mínimo de exportação exigido como contrapartida.

Considerando os dados de 2011, cerca de 185 novas empresas teriam condições de aderir ao RECOF, representando acréscimo de U\$ 13,8 bilhões em exportações e U\$ 15,5 bilhões em importações no âmbito do regime.

Desoneração para fornecedores das Forças Armadas

As operações de venda de bens e prestação de serviços às Forças Armadas Brasileiras estão isentas do pagamento do PIS/PASEP, COFINS e IPI, devido à ampliação do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid).

Para saber mais: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/>

INOVAR AUTO

Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores

Regulamentado em outubro, o programa tem o objetivo de incentivar a produção e o desenvolvimento tecnológico da indústria automobilística no país, promovendo a segurança, a qualidade e a eficiência energética dos veículos.

As empresas do setor estimam que o investimento passará de R\$ 44 bilhões para R\$ 60 bilhões até 2015, em decorrência do novo regime, principalmente no desenvolvimento de novas tecnologias para os carros produzidos no país. Esses números representam mais produção, tecnologia, emprego e renda gerados no Brasil.

Até o início de novembro, 29 empresas protocolaram 32 pedidos de habilitação ao Inovar-Auto, sendo 6 de projetos para investimentos, 8 impor-

tadores e 18 de empresas produtoras (já instaladas no país).

Os estados da Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo receberão esses novos projetos de investimento, com valor de R\$ 5,07 bilhões, sendo 3 deles de empresas que ainda não produziam no Brasil.

Economia e proteção ao meio ambiente com carros mais eficientes

Para participar do programa, os produtores e importadores devem se comprometer com redução mínima do consumo de combustível dos veículos de 12,08%.

Estima-se uma economia, entre 2017 e 2021, de 7,3 bilhões de litros de gasolina e 6,6 bilhões de litros de álcool.

Ainda está prevista redução da emissão de 12,4 milhões de toneladas de CO₂ entre 2017 e 2021.

SETOR AUTOMOTIVO BRASILEIRO

- 4º maior mercado mundial. Comercialização prevista de 3,8 milhões de veículos em 2012.
- 7ª maior indústria do mundo. Produção prevista de 3,5 milhões de veículos em 2012.
- 20 fabricantes instalados em nove estados.
- Responde por 22% do PIB industrial e 5% do PIB nacional.

PLANO SAFRA DA PESCA E AQUICULTURA 2012-2014

Lançado em outubro, o plano estabelece medidas a serem adotadas até 2014 para aumentar a produção de pescado no Brasil, a competitividade da indústria da pesca e a renda de famílias de pescadores.

Serão investidos R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões de crédito rural e R\$ 500 milhões do novo programa BNDES – Proaquicultura.

A meta é elevar a produção para dois milhões de toneladas de pescado anuais até 2014. Em 2010, foi produzido 1,2 milhão de toneladas.

Um milhão de trabalhadores tem a pesca como atividade principal, e a cadeia produtiva envolve três milhões de empregos indiretos.

O plano prevê: **melhores condições de crédito**, beneficiando mais de 330 mil famílias com ampliação de limites de enquadramentos, prazos mais longos, juros menores e novas linhas de financiamento; **assistência técnica e infraestrutura**, com a inclusão de 120 mil pescadores no programa de assistência técnica, capacitação para 16 mil profissionais da cadeia produtiva, renovação de embarcações, fornecimento de kits de máquinas e equipamentos, implantação de parques aquícolas, entre outros; **estímulo à comercialização de pescado**, com ações educativas e de publicidade, ampliação do pescado nas compras públicas, parcerias com restaurantes e supermercados; **fortalecimento do associativismo e cooperativismo**; e **modernização da indústria**, com estímulos a pesquisa, desenvolvimento e inovação, ampliando os recursos destinados ao setor.

Para saber mais: <http://www.mpa.gov.br/index.php/safra>

ESTÍMULO ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – PPP

Foram adotadas medidas de aprimoramento da legislação (MP 575) para incentivar as PPP: aumento do limite para contratação de PPP de 3%

para 5% da receita corrente líquida dos Estados; contabilização dos contrapagamentos (remuneração à iniciativa privada pela construção de obras) como aporte de capital, com consequente isenção de PIS/Cofins e Imposto de Renda.

TI MAIOR

Fomento à indústria de software e serviços de tecnologia da informação

Em agosto, foi lançado o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior, com previsão de investimento de R\$ 500 milhões entre 2012 e 2015. O objetivo do programa é fomentar o desenvolvimento e a competitividade da indústria de softwares e serviços na área de tecnologia da informação.

Foram estabelecidas cinco macrometas a serem alcançadas pelo Brasil até 2022:

TI MAIOR - MACROMETAS	2011	2022
Colocação no ranking mundial de TI	7º	5º
PIB do setor	U\$ 102 bilhões	U\$ 150 a 200 bilhões
Exportações do Setor	U\$ 2,4 bilhões	U\$ 20 bilhões
Participação de TI no PIB Nacional	4,40%	6%
Total de empregos no setor	1,2 milhão	2,1 milhão

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para alcançar essas metas, haverá linhas de crédito, subvenção, bolsas de formação, investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Adicionalmente a essas medidas, o setor já conta com margem de preferência para conteúdo nacional nas compras públicas e desoneração da folha de pagamentos.

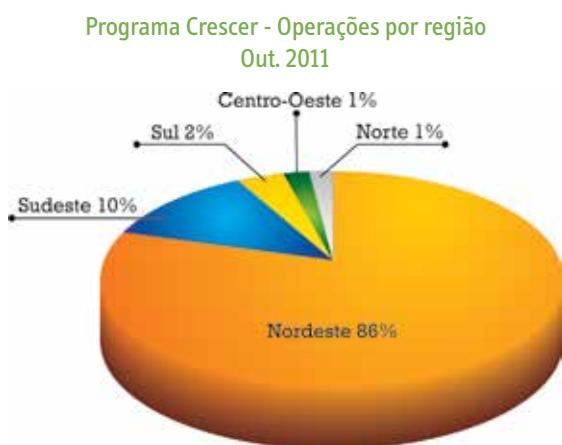
O programa irá fomentar até 150 empresas “start-ups”, que são empresas de inovação aceleradoras de pesquisa e desenvolvimento no segmento; apoiar o desenvolvimento de softwares e soluções de alta complexidade e grande impacto econômico e social em 12 setores estratégicos, com a atração de centros de pesquisa globais, formação de ecossistemas de TI e integração de redes acadêmicas e empresariais, públicas e privadas; e a formação de 50 mil profissionais para o setor até 2014.

Para saber mais: <http://timaior.mcti.gov.br/>

APOIO AO EMPREENDEDORISMO

Crescer – Programa Nacional de Microcrédito

Em outubro alcançou 2,87 milhões de operações, movimentando R\$ 3,61 bilhões. O valor médio das operações ficou em R\$ 1.258.

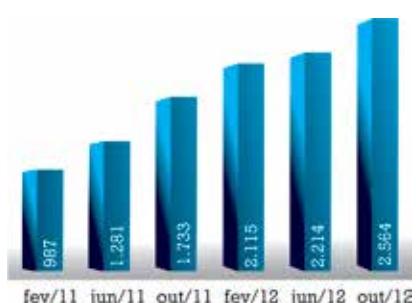


Fonte: Ministério da Fazenda

Microempreendedor Individual – MEI

Desde 2011 cresceu mais de 160% o número de empreendedores individuais que formalizaram seus negócios, alcançando 2,56 milhões de inscrições em outubro de 2012.

Programa Crescer - Operações por região
Out. 2011



Fonte: Ministério da Fazenda

INCLUSÃO DIGITAL

Smartphones mais baratos

A lei 12.715 promoveu a desoneração de até 9,25% em tributos federais para smartphones – aparelhos ideais para acesso à internet – produzidos no Brasil. São abrangidos os equipamentos que atendam ao Processo Produtivo Básico – PPB (exigência de etapas mínimas de manufatura no país, bem como contrapartida de investimento em P&D) estabelecido para os aparelhos, e com custo final ao consumidor de até R\$ 1 mil.



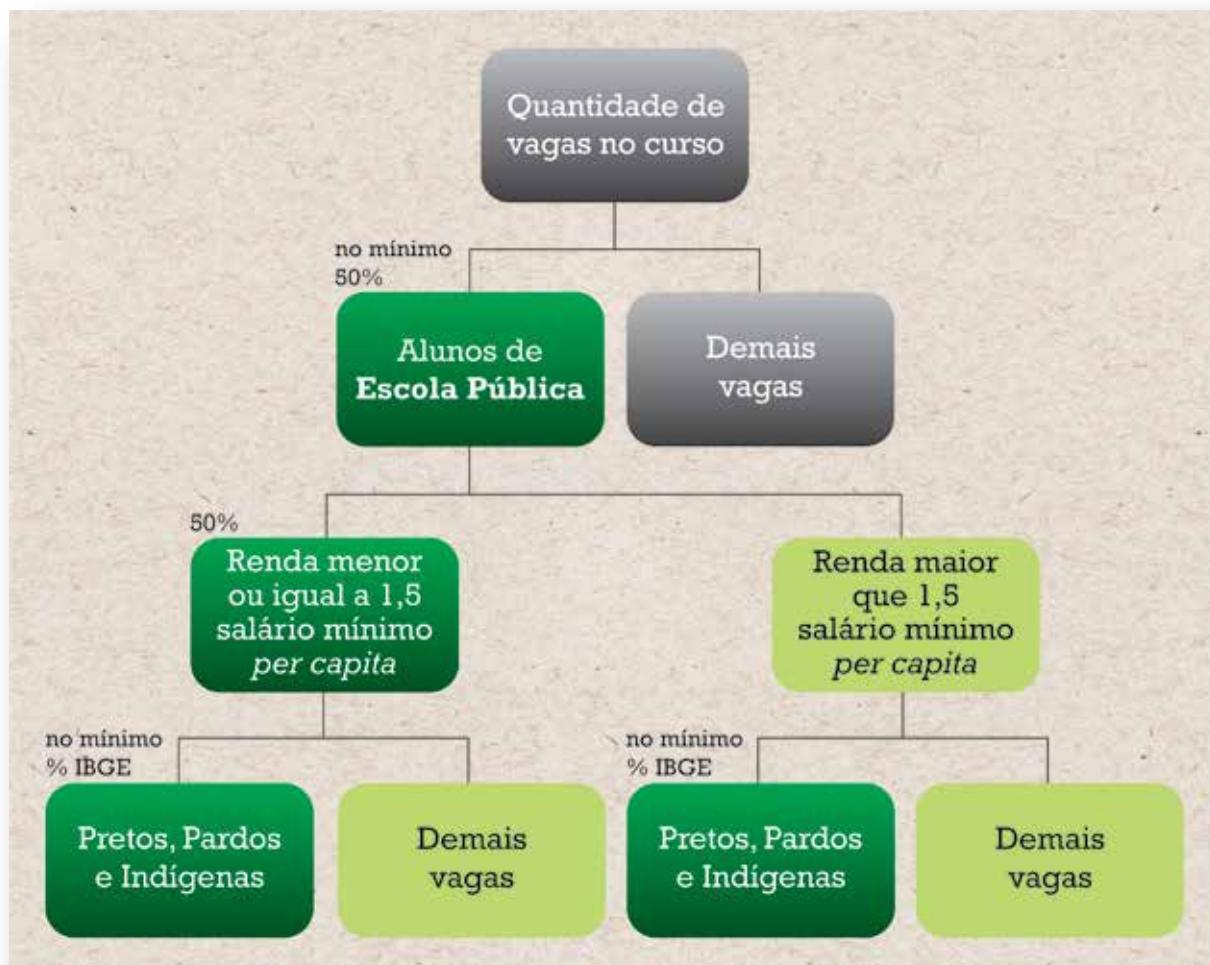
Direitos e cidadania

Consolidar e ampliar direitos

Cotas no ensino público e maior proteção social às mulheres

Desde outubro, com a regulamentação da Lei de Cotas, as instituições públicas federais de ensino técnico de nível médio e de ensino superior começaram a se preparar para a implementação das novas regras. A lei será aplicada progressivamente a cada ano até 2016, quando no mínimo 50% das vagas serão reservadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escolas públicas, conforme o

caso. A esse critério deverão ser aplicados também o critério de renda e a proporcionalidade de raça/cor (IBGE). Já no próximo processo seletivo, para ingressantes em 2013, pelo menos 12,5% das vagas disponibilizadas deverão estar reservadas para os alunos cotistas. A vigência dessa política afirmativa será inicialmente de 10 anos. Após esse período, serão avaliados os resultados obtidos para definição das ações subsequentes.



LEI MARIA DA PENHA COMPLETA SEIS ANOS

Desde agosto, quando a Lei completou seis anos de vigência, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) está acionando a justiça para exigir dos agressores o ressarcimento dos benefícios previdenciários pagos às vítimas de violência. São casos de licenças médicas, aposentadorias por invalidez e pensões pagas aos filhos de mulheres assassinadas. O objetivo é responsabilizar os agressores pelos custos financeiros da violência praticada contra as mulheres. Saiba mais no endereço www.brasil.gov.br/compromissoeatitude.

A cartilha **Quanto custa o machismo?** está disponível nas agências do INSS e no endereço <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2012/lei-maria-da-penha-edicao-2012>.

Lei Maria da Penha em números:

- **4,1 mil** agressores presos em flagrante.
- **685,9 mil** procedimentos instaurados para coibir a violência doméstica.
- **2,7 milhões** de ligações recebidas pela Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).
- **Consolidação da rede de proteção do Estado:**
 - **382** Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;
 - **221** Centros de Referência de Atendimento à Mulher;
 - **122** Núcleos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Civis;
 - **72** Casas Abrigos;
 - **45** Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres;
 - **48** Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar;
 - **29** Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero no Ministério Público;
 - **56** Defensorias/Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher.



Também em agosto foi lançada a campanha **Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é mais Forte**, que tem por objetivo dar rapidez aos julgamentos de casos de violência contra as mulheres. Saiba mais em www.sepm.gov.br/.

PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DE ACIDENTES – PARADA

Durante a Semana Nacional de Trânsito, ocorrida entre 18 e 23 de setembro, foi lançada a nova campanha **Pacto Nacional pela Redução de Acidentes – Parada**, realizada em parceria com a Federação Internacional de Automobilismo (FIA) e com personalidades brasileiras.

O Pacto promove a mobilização da sociedade com ações de conscientização e campanhas educativas sobre segurança no trânsito. Além disso, estão sendo reforçadas ações de fiscalização em parceria com os estados e municípios, com a distribuição de um milhão de bafômetros até o final de 2012, e a duplicação e modernização de 7,5 mil km de rodovias. O objetivo é reduzir os acidentes em 50% até 2020.

RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS:

- 2% de redução no total de óbitos em rodovias federais.
- Redução de óbitos em operações específicas nos feriados:
 - Natal 2011: 20% menos em relação a 2010.
 - Ano Novo 2011: 44% menos em relação a 2010.
 - Carnaval 2012: 18% menos em relação a 2011.
 - Semana Santa 2012: 25% menos em relação a 2011.

PLANO VIVER SEM LIMITE

As ações realizadas no âmbito do *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite* – apresentam os seguintes resultados:

Acesso à Educação

Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola: 2.023 municípios formalizaram a adesão ao Programa, para garantir inserção de crianças e adolescentes beneficiários do BPC na rede regular de ensino.

Escola Acessível – Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): 20 mil escolas atendidas com recursos para a promoção de adequações arquitetônicas de acessibilidade.

Acessibilidade

MCMV: 170,1 mil moradias adaptáveis contratadas.

Microcrédito: R\$ 9,4 milhões contratados em 2,1 mil operações para aquisição de cadeiras de rodas, impressoras em Braille, adaptações de veículos, andadores e mobiliário acessível.

Centro Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva inaugurado em julho no município de Campinas/SP, para o desenvolvimento de tecnologias

com foco na prevenção, reabilitação e acessibilidade. Até setembro, oito núcleos regionais haviam sido criados.

Atenção à saúde

Centro de Especialidades Odontológicas (CEO): já são 106 centros qualificados para atendimento de pessoas com deficiência, que recebem 20% a mais sobre o valor do custeio mensal.

Triagem auditiva neonatal: 64 maternidades com propostas aprovadas para qualificação do serviço de triagem neonatal, para detecção e tratamento precoce de doenças.

Centro de Referência em Reabilitação (CER): aprovadas 33 propostas para ampliação do atendimento de reabilitação intelectual, física, visual e auditiva, contemplando aproximadamente 17 mil pessoas:

- qualificação de 13 serviços já existentes, que passam a receber custeio mensal.
- construção de 20 novos Centros.

Oficinas Ortopédicas: até setembro foram aprovadas três propostas de oficinas fixas nos municípios de Aracaju (SE), João Pessoa (PB) e Juazeiro do Norte (CE).

Ampliação da oferta de Órteses e Próteses: repassados R\$ 24,6 milhões aos estados e municípios para manutenção e adaptações de órteses e próteses ortopédicas, auditivas e oftalmológicas.

Inclusão social

BPC Trabalho: 2,3 mil beneficiários visitados e 83 encaminhados a cursos de qualificação profissional.

Centros-Dia de Referência: repassados R\$ 960 mil para os municípios de Curitiba/PR, Campo Gran-

de/MS, Belo Horizonte/MG e João Pessoa/PB, para atendimento de apoio a pessoas menores de 18 anos e idosos com alto nível de dependência.

Residências Inclusivas: repassados R\$ 540 mil para nove residências que atendem jovens e adultos com deficiência, em seis municípios: Cascavel (2), Ponta Grossa (1), São José (2), João Pessoa (1), Campo Grande (1) e Bauru (2).

COMPROMISSO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Aumenta número de obras que integram o Compromisso

Em seis meses de vigência, 11 empresas com 21 obras aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, lançado em março de 2012.

São 21 obras distribuídas em oito estados (CE, MG, MT, RJ, RN, RO, SP e PA) e no Distrito Federal.

Cinco dessas obras já receberam visitas técnicas de membros da Mesa Nacional Permanente: Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), Usina Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA), Arena das Dunas Natal (RN), Usina Hidrelétrica de Jirau (RO) e Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO). Na ocasião, foram firmados acordos para implementação do Compromisso pelas empresas responsáveis.

A Mesa também aprovou o Regimento da Representação Sindical no Local de Trabalho, que estabelece as regras básicas para a atuação de representantes dos trabalhadores nas obras da indústria da construção.

EMISSÃO GRATUITA DE CPF PELA INTERNET

O CPF – Cadastro de Pessoa Física – já pode ser emitido de forma gratuita pela internet por pessoas com idade até 25 anos que possuem título de eleitor. Para isso, basta acessar a página da Receita Federal e fornecer os dados pessoais solicitados. Após a validação dos dados, o sistema criará automaticamente o número do cadastro, que poderá ser anotado ou impresso quantas vezes forem necessárias, sem ônus. Maiores informações no site www.receita.fazenda.gov.br.

REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

O Brasil assumiu perante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas o compromisso de colocar em prática recomendações em matérias de direitos humanos, voluntariamente aceitas pelo país como resultado da avaliação de que participou, pela segunda vez, no mecanismo de Revisão Periódica Universal. Foram recebidas 170 recomendações em diversas áreas, e todas acolhidas, com exceção de uma, que conflita com a Constituição brasileira.

Saúde

Mais acesso e qualidade no atendimento

Ampliação dos investimentos e mais ações de atenção à saúde e prevenção melhoram a qualidade de vida da população

SAÚDE NÃO TEM PREÇO

Medicamentos para hipertensão e diabetes: mais de 12 milhões de pessoas receberam medicamentos gratuitos desde fevereiro de 2011. Em setembro de 2012, foram atendidos cerca de 3,94 milhões de hipertensos e 1,44 milhão de diabéticos em mais de 20 mil farmácias da rede Aqui tem Farmácia Popular.

Medicamentos gratuitos para asma: em setembro de 2012, quarto mês do início da gratuidade de medicamentos antiasmáticos, aproximadamente 108 mil pessoas retiraram os medicamentos nas farmácias do programa Aqui Tem Farmácia Popular e da rede própria. Em maio de 2012, antes do início da gratuidade, 48 mil pessoas retiraram os antiasmáticos. O aumento do acesso foi de 125%. No total, já foram beneficiadas 263,7 mil pessoas desde o início do programa.

SAÚDE TODA HORA

SAMU 192

Em outubro de 2012, os serviços prestados pelo SAMU cobriam áreas em que residiam 127,8 milhões de brasileiros, equivalendo a 67% da população do país. A rede cobre mais de 2 mil municípios com 180 Centrais de Regulação e 2.554 ambulâncias (2.069 básicas e 485 avançadas).

O número de óbitos de crianças de até oito anos vítimas de acidentes de trânsito diminuiu 23% após um ano da **Lei da Cadeirinha**.

S.O.S Emergências

Até outubro de 2012, foram disponibilizados 1,17 mil novos leitos de retaguarda e implantados núcleos internos de regulação de leitos e mecanismos de monitoramento da permanência dos pacientes nas unidades de urgência e emergência nos 12 hospitais que participam do programa. Como resultado, em oito desses hospitais, a taxa de ocupação dos leitos, expressa na relação percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia, caiu em até 46%, redução devida à diminuição do tempo de espera e do número de pacientes nos corredores. Já foram investidos R\$ 159 milhões nos 12 hospitais que fazem parte do programa.



UBS

Até outubro de 2012, 39,53 mil Unidades Básicas de Saúde estavam funcionando. Em 2010, eram 32,81 mil.



UPA 24h

Até outubro de 2012, 243 Unidades de Pronto Atendimento 24h estavam em funcionamento. Em 2010, eram 123.

Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica – PMAQ

Até novembro de 2012, 16,2 mil equipes de atenção básica (94% das equipes participantes do programa) receberam a visita dos avaliadores de qualidade e mais de 64 mil brasileiros atendidos pelas equipes do programa já foram entrevistados em todos os estados. Cerca de 11,4 mil equipes de 2.843 municípios foram certificadas e receberam recursos adicionais do programa. As equipes bem avaliadas em indicadores como atendimento pré-natal, acompanhamento de doentes crônicos, tempo de espera por consulta e adequada atenção à saúde do idoso poderão receber adicional de até 100% de recursos no PMAQ, o que significa um repasse adicional de até R\$ 11 mil para cada equipe por mês.

SAÚDE INDÍGENA

Investidos R\$ 3,85 milhões para compra de 25 unidades odontológicas, 436 veículos e equipamentos diversos para 15 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, beneficiando cerca de 390 mil indígenas com tratamento clínico odontológico e ações de promoção de saúde bucal e de prevenção de doenças.

Programa de Atenção Domiciliar – Melhor em Casa

Até outubro de 2012, o programa foi implantado em 22 estados e já foram realizadas 12,7 mil **internações domiciliares** em 113 municípios. Foram habilitadas 401 equipes de atenção domiciliar e 174 de apoio especializado para acompanhar os pacientes em suas residências.

Brasil Soridente

Laboratórios de prótese dentária: foram credenciados 488 em 2012, totalizando 1.304 municípios com laboratórios em funcionamento.

Aumento da produção de próteses dentárias: até agosto de 2012, foram produzidas 291,16 mil próteses, 34% superior ao mesmo período de 2011.

Unidades Odontológicas Móveis: 181 unidades distribuídas até julho de 2012, todas para municípios em situação de pobreza.

Equipes de Saúde Bucal: em outubro de 2012, eram 22,21 mil equipes em 88% das cidades brasileiras.

Centros de Especialidades Odontológicas: 942 centros estavam em funcionamento até outubro de 2012. Os recursos para implantação e custeio desses centros foram reajustados em 50% e 25%, respectivamente.

Número de atendimentos odontológicos: aumento de 25%, passando de 48,20 milhões, no período de janeiro a maio de 2011, para 60,34 milhões no mesmo período de 2012.

MAIS ATENÇÃO À SAÚDE E AÇÕES DE PREVENÇÃO REDUZEM ÓBITOS E CASOS DE DOENÇAS

AVC – taxa de mortalidade na população até 70 anos caiu 32% de 2000 a 2010.

Dengue – menos 90% de óbitos e menos 66% de casos graves em relação a 2011.

Malária – queda de 56% entre 2005 e 2011.

Meningite – queda de 29% (meningocócica) e 30% (pneumocócica) entre 2010 e 2011.

Tétano – queda de 44% entre 2001 e 2011.

REDE CEGONHA

Adesão à Rede Cegonha: até novembro de 2012, todos os estados e mais de 4,8 mil municípios haviam aderido à Rede, com planos aprovados em 57 regiões de saúde, cobrindo dois milhões de gestantes, o que representa 90% das gestantes no SUS.

Pré-natal: até novembro de 2012, 4.783 municípios haviam recebido recursos para ampliação dos exames de pré-natal e aquisição de testes rápidos de gravidez. Foram distribuídos 7,27 mil detectores fetais para unidades básicas de saúde de Acre, Amapá, Bahia, Pernambuco, Rondônia e Tocantins.

Atenção ao parto e ao nascimento: até outubro de 2012, foram disponibilizados 5,9 mil leitos na rede hospitalar do SUS para assistência na Rede Cegonha. Foram aprovados R\$ 3,3 bilhões para instalação de novos leitos, qualificação e custeio da assistência em todo o país.

MORTALIDADE INFANTIL

A Taxa de Mortalidade Infantil (menores de 1 ano de idade) recuou de 26,1 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2001 para 15,7 em 2011. Com isso, o Brasil atingiu com quatro anos de antecedência uma das mais importantes metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que é a redução dessa taxa em 2/3 entre 1990 e 2015.

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E DE MAMA

Exames de mamografia: no primeiro semestre de 2012, foram realizados 2,14 milhões de exames de mamografia de rastreamento, 21% a mais que no mesmo período de 2010. Destes,

1,02 milhão foram na faixa prioritária de 50 a 69 anos, aumento de 41% em relação a 2010.

Exames de Papanicolau: foram realizados 4,34 milhões de exames de Papanicolau na faixa etária prioritária de 25 a 64 anos, de janeiro a junho de 2012.

MORTALIDADE FEMININA

No período de 2000 a 2010, houve redução em 12% da taxa padronizada de mortalidade feminina, de 4,24 para 3,72 por mil mulheres.

Programa de Mamografia Móvel: lançado em 01 de outubro de 2012, o programa objetiva ampliar a assistência oncológica no país, sobretudo para mulheres carentes na faixa etária prioritária, com idade entre 50 e 69 anos, e que vivem em áreas mais remotas e de difícil acesso. A produção estimada das unidades móveis é de 800 mamografias por mês. Os exames feitos nessas unidades serão enviados via satélite para um estabelecimento de saúde, para que um médico especialista avalie e dê o resultado em até 24 horas. As Unidades Oncológicas Móveis serão financiadas pelo Governo Federal e pelos estados e municípios.

SISCAN: lançado em outubro de 2012 e já disponível para todos os municípios, o Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) possibilita a identificação e a convocação de mulheres cadastradas que não realizaram os exames de rastreamento de mamografia e de Papanicolau, segundo a periodicidade e a faixa etária, e o acompanhamento da trajetória daquelas com exames alterados.

Ampliação e fortalecimento da Rede Oncológica: já foram habilitados mais nove hospitais como referência para o tratamento de pessoas com câncer, em sete estados (BA, CE, ES, MG, RJ, RS e SP), que receberão recursos do Governo Federal.

Medicamento Trastuzumabe: em julho de 2012, um dos mais eficientes medicamentos de combate ao câncer de mama passou a ser distribuído gratuitamente pelo SUS, beneficiando cerca de 20% das pacientes com câncer de mama inicial ou avançado.

MAIS TRANSPLANTES NO SUS

Foram realizados mais de 12,3 mil transplantes no SUS, aumento de 12,7% em relação a 2011. Também, aumentou 22% a quantidade de doadores de órgãos em relação a 2011. No primeiro mês da parceria entre o Ministério da Saúde e o Facebook, lançada em 30 de julho de 2012, mais de 80 mil pessoas se declararam doadoras.

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS

Doze estados e suas capitais já aderiram ao plano: AC, AL, CE, ES, MG, MS, PE, PI, PR, RJ, RS, SC e SP. Até novembro de 2012 estavam implantados e funcionando 29 CAPS-Álcool e Drogas 24h, 281 CAPS-AD de acompanhamento diurno, 79 consultórios de rua, 55 unidades de acolhimento e 94 novos leitos de saúde mental em hospitais gerais. Outros 552 novos leitos de saúde mental em hospitais gerais foram aprovados e os municípios receberam recursos federais para implantação.

MAIS MÉDICOS, MAIS PERTO DA POPULAÇÃO

Pró-Residência

Aumento da quantidade de bolsas ofertadas: em 2013, serão financiadas 1.623 novas bolsas de residência médica e 1.270 de residência multipro-

fissional. O valor de cada bolsa é de R\$ 2.384,82/mês, pagos a partir do primeiro dia útil de março e durante dois anos, período de duração da residência. Em 2012, foram financiadas 500 bolsas de residência médica e 335 bolsas de residência multiprofissional em 20 especialidades prioritárias e com carência de profissionais. No total, em 2011 e 2012 foram concedidas 2.092 bolsas de residência médica e multiprofissional.



INOVAÇÃO NO SUS

Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs)

Em outubro, foram firmadas outras 20 parcerias para a incorporação de tecnologias voltadas à produção nacional de 21 produtos. Entre elas, está a PDP para a fabricação de um medicamento de última geração indicado para o tratamento de Hemofilia A: o Fator VIII Recombinante, que estará disponível no SUS ainda este ano. Sua produção no país representa uma economia de aproximadamente R\$ 940 milhões por ano, cerca de 40% do total gasto atualmente com a compra dos itens contemplados.

Com os novos acordos firmados, já chegam a 55 as PDPs para a produção nacional de 47 medicamentos, cinco vacinas, um contraceptivo DIU, um teste rápido e um acordo para pesquisa e desenvolvimento (P&D). Cerca de 50 parceiros estão envolvidos, 15 laboratórios públicos e 35 privados. Essas PDPs deverão resultar em uma economia anual de cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Cresce resarcimento ao SUS pelos Planos de Saúde

2000 – R\$ 1,4 milhão

2010 – R\$ 15,1 milhões

2011 – R\$ 82,8 milhões

2012* – R\$ 58,2 milhões (*até outubro)

Educação

Ampliação do acesso à educação profissional e ao ensino superior

Oferta de bolsa e financiamento aumenta o número de jovens e trabalhadores em cursos técnicos, profissionalizantes e de graduação

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Até 20 de novembro foram concedidas 20.525 bolsas, sendo 15.031 para graduação e 5.494 para pós-graduação, em 40 países. Desse total, 337 bolsas de pós-graduação foram concedidas no Brasil, sendo 245 para Pesquisador Visitante e 92 para Jovem Talento. A meta até 2014 é de 101 mil bolsas para estudantes e pesquisadores.

Bolsas Concedidas CsF por país		
	PAÍS	TOTAL
1	Estados Unidos	4.396
2	Portugal	2.800
3	França	2.507
4	Espanha	2.279
5	Canadá	1.969
6	Reino Unido	1.913
7	Alemanha	1.598
8	Austrália	804
9	Itália	614
10	Holanda	550
11	Coréia do Sul	196
12	Bélgica	151
13	Outros	748
	Total	20.525

Fonte: Ministério da Educação
Data de atualização: 20/11/2012

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

No primeiro ano do Pronatec, foram preenchidas 2,25 milhões de vagas em cursos técnicos e de qualificação profissional em mais de 400 áreas do conhecimento. Desse total:

- 736 mil estão ocupadas por jovens cursando o ensino médio e 1,5 milhão são jovens trabalhadores realizando cursos de qualificação profissional;
- As unidades do Sistema S são responsáveis por 1,4 milhão de matrículas nos cursos de qualificação profissional e por 162 mil matrículas em cursos técnicos. As demais vagas são oferecidas pelas escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica e pelas escolas técnicas das redes estaduais do Acre, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Piauí. Desde 2011, foram investidos R\$ 6,5 bilhões. Com esses recursos:
 - Foi dado continuidade à expansão da rede federal de educação profissional. E, em 2012, 78 novas escolas técnicas começaram a funcionar;
 - Está sendo apoiada a construção, reforma ou ampliação de 900 escolas técnicas estaduais e o fornecimento de equipamentos para 2.600 laboratórios.
 - Foi disponibilizado R\$ 1 bilhão, por meio de linha especial de crédito do BNDES, para o Senai construir 53 escolas, modernizar ou

tras 251, adquirir 82 unidades móveis, que funcionarão como laboratórios, e implantar 85 centros de inovação e serviços tecnológicos.

Pronatec Brasil Sem Miséria

230 mil pessoas de famílias atendidas pelo programa Brasil Sem Miséria, em 630 municípios, estão participando de cursos oferecidos pelo Pronatec, tais como auxiliar administrativo, operador de computador, eletricista instalador predial de baixa tensão, recepcionista e costureiro. Desse total, 66% são mulheres. Os cursos são gratuitos e os beneficiários recebem alimentação, transporte e material escolar.

Pronatec Copa

Conta com 50 mil alunos matriculados em 52 cursos técnicos gratuitos para trabalhadores da área do turismo, além de treinamento nos idiomas inglês e espanhol e em libras. A idade mínima é 18 anos.

As vagas estão disponíveis nas cidades-sede da Copa, nos municípios do entorno e nos principais destinos turísticos do Brasil.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

O Prouni já distribuiu 1.096.343 bolsas de estudos em 1.300 instituições privadas de ensino superior em 1.372 municípios.

Em outubro de 2012, 502.205 estudantes cursavam o ensino superior com bolsa do ProUni. Só neste ano foram concedidas 157.801 bolsas.

O programa é direcionado a estudantes que tenham renda familiar de até três salários mínimos por pessoa, e tenham cursado o ensino médio em

escola da rede pública ou da rede privada na condição de bolsista. A seleção dos estudantes contemplados é feita a partir da nota no Enem.

FIES BENEFICIA 349 MIL ESTUDANTES

Mais que dobrou o número de estudantes atendidos em 2012 pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que financia a graduação na educação superior. Foram realizados até outubro 349 mil contratos de financiamento, 122% a mais que em 2011.

Desde 2011, os interessados em financiar o curso pelo Fies devem realizar o Enem.

O Fundo financia até 100% das mensalidades do curso de graduação, com taxa de juros de 3,4% ao ano. O financiamento deve ser pago em parcelas mensais e fixas, no período de até três vezes a duração do curso, mais 12 meses. A garantia pode ser feita por fiança tradicional ou fiança solidária.

A dívida do Fies é reduzida para professores, se trabalharem na rede pública de educação básica, e para os médicos que trabalhem em equipes do programa Saúde da Família, em regiões com carência de profissionais.

Evolução de contratos do novo Fies		
ANO	TOTAL	
	Municípios(s)*	Contratos(s) firmados(s)
2010	465	76.311
2011	524	154.072
2012	580	349.190
Total Geral	606	579.573

*No cálculo dos totais foram considerados apenas municípios distintos.
Simec – 05/10/2012

FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO (Fgeduc)

Criado em 2010 para auxiliar estudantes que queiram financiar suas mensalidades com o Fies, mas não possuem as garantias para cobrir o empréstimo, o Fgeduc garante o empréstimo desses estudantes e dispensa a apresentação de fiadores.

Podem ser beneficiados estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa, bolsistas parciais do ProUni inscritos no Fies e estudantes matriculados em cursos de licenciatura. Para que o estudante receba o benefício, a instituição de ensino tem que estar inscrita no Fies e no Fgeduc.

- 585 das 1.536 instituições de ensino superior particulares que participam do Fies já aderiram ao Fgeduc.
- O número de estudantes beneficiados subiu de 49.245, em 2011, para 186.734 até outubro de 2012, um aumento de 279%.

MAIS EDUCAÇÃO

Em setembro de 2012, 32 mil escolas do ensino fundamental em 3.382 municípios de todo o país haviam aderido ao programa Mais Educação, para oferecer atividades educacionais no contraturno. Desse total, 17.592 escolas têm 50% ou mais de

alunos beneficiários do Bolsa Família, e 9.779 escolas são rurais. Os estudantes do 1º ao 9º ano, participantes do programa, ficam na escola em turno complementar para atividades orientadas, que vão desde o acompanhamento das tarefas escolares à prática de esportes, aulas de artes e até de informática.



MAIS QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em 2011, foram atingidas as metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em todas as etapas do ensino básico.

Nos anos iniciais (segundo ao quinto), o índice nacional alcançado correspondeu a 5, ultrapassando a meta para 2011, que era de 4,6. Considerando exclusivamente a rede pública, a meta foi alcançada por 77,7% dos 5.222 municípios que tinham meta calculada para 2011.

Nos anos finais (sexto ao nono) do ensino fundamental, o resultado, 4,1, ultrapassou a meta proposta para 2011, de 3,9. Na rede pública, o Ideb alcançado foi de 3,9, também superando a meta (3,7).

Dos 5.352 municípios que tiveram meta estabelecida para os anos finais do ensino fundamental, 62,5% atingiram as metas fixadas para o Ideb, as quais foram superadas em todas as regiões do país.



Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

- Lançado no dia 8 de novembro de 2012 entre os governos federal, estaduais e municipais, o Pacto tem o compromisso de:
 - Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.
 - Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 2º ano e do 3º ano do ensino fundamental.
- O investimento do Governo Federal será de R\$ 2,7 bilhões até 2014.

Ações do Pacto

- Formação continuada de 360 mil professores alfabetizadores – cursos e bolsas de estudos.
- Distribuição de materiais – livros didáticos, de literatura, obras complementares e jogos.
- Avaliações periódicas e universais externas ao final do 2º e 3º ano, aplicada pelo INEP.
- Sistema de gestão, e bolsas para coordenadores locais.
- Premiação e reconhecimento aos professores, escolas e redes de ensino que mais avançarem na alfabetização.

Segurança

Governo federal, estados e municípios juntos no combate ao crime

Ações de policiamento ostensivo, capacitação e maior segurança nas fronteiras

PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS

O Plano busca fortalecer a presença do Estado nas áreas de fronteira, com ações em 11 estados, executadas de forma integrada pelas três esferas de governo, além da parceria com países vizinhos.

Operação Ágata

Já foram realizadas seis operações que mobilizaram 57 mil militares das três forças armadas, cobrindo toda a fronteira nacional. A sexta operação,

realizada em outubro, mobilizou 12 mil militares e servidores civis de outros 6 ministérios e 21 agências governamentais.

Durante a operação, foram realizadas 6.530 inspeções em embarcações, resultando em 674 notificações e apreensões de explosivos, armas, munições e drogas, incluindo 29,4 quilos de pasta base de cocaína. Além disso, populações ribeirinhas foram atendidas por 11.309 consultas médicas, 4.073 procedimentos odontológicos e outros 4.713 procedimentos de saúde.

RESUMO DAS OPERAÇÕES

Item	Ágata 1	Ágata 2	Ágata 3	Ágata 4	Ágata 5	Ágata 6
Período	ago/11	set/11	nov/11	mai/12	ago/12	out/12
Estados abrangidos	AM	MS, PR, SC, RS	AM, AC, RO, MT, MS	AM, PA, AP, RR	RS, SC, PR, MS	AC, RO, MT, MS
Países fronteiriços abrangidos	Colômbia, Peru, Venezuela	Argentina, Paraguai, Uruguai	Peru, Bolívia, Paraguai	Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa	Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia	Peru e Bolívia
Procedimentos de saúde	7.764	4.551	8.673	20.928	7.954	4.713
Atendimento médico	419	1.463	9.034	8.507	3.598	11.309
Atendimento odontológico	2.086	2.574	7.060	9.873	4.725	4.073
Medicamentos distribuídos	32.369	30.124	39.553	53.314	25.662	16.743

Fonte: Ministério da Defesa e Ministério da Justiça



Operação Sentinela

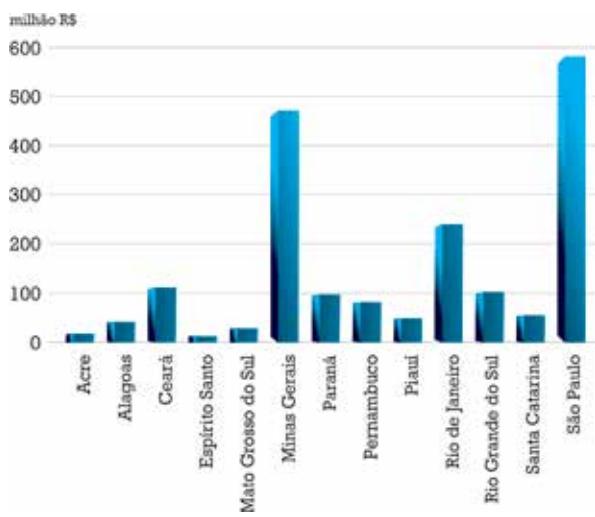
Coordenada pela Polícia Federal, foi responsável por desarticular 50 organizações criminosas transnacionais que praticavam contrabando, tráfico de drogas e de armas, entre outros delitos. Já foram apreendidas 198 toneladas de maconha e 29 de cocaína, 1.171 armas de fogo, 994 mil equipamentos eletrônicos, 145 mil garrafas de bebidas, 9 milhões de pacotes de cigarros, 3.500 veículos, além de 5 milhões de reais e 780 mil dólares em espécie. No período, foram vistoriados mais de 3,4 milhões de veículos, 11,2 mil embarcações e 1,2 mil aeronaves.

CRACK, É POSSÍVEL VENCER!

Pactuação com estados

Treze estados já formalizaram a parceria para execução das ações do Programa, totalizando R\$ 1,9 bilhão já destinado pelo governo a essas unidades da federação.

Recursos transferidos pelo Governo (desde Dez/2011)



Fonte: Ministério da Justiça

Capacitação

Diversas ações de capacitação continuam sendo realizadas para atuação mais eficaz na prevenção, no tratamento e na reinserção social de usuários e dependentes:

- 71 mil educadores já iniciaram o Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas.
- 1.703 Policiais Rodoviários Federais já concluíram o curso de Aperfeiçoamento em Técnicas para

Fiscalização do Uso de Álcool e outras Drogas no Trânsito Brasileiro.

- 368 operadores de segurança pública (policiais civis, militares e guardas municipais) já foram treinados no Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Salvador (BA), Brasília (DF) e Porto Alegre (RS).

Serviço VivaVoz - 132

O VivaVoz é um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas e fornece orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, bem como sobre locais de tratamento. No primeiro semestre de 2012 o VivaVoz atendeu 26,4 mil pessoas.

Novos Centros Regionais de Referência (CRR)

Doze novos Centros Regionais de Referência estão em implantação em instituições de ensino públicas do país. Os Centros têm o objetivo de qualificar, de forma permanente, profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que atuam com usuários de crack e outras drogas, e seus familiares. A previsão é de que os novos centros formem 3.600 alunos.

Além dos novos Centros, há 40 CRR em funcionamento no país, oferecendo 10.200 vagas, formando diferentes profissionais e promovendo o fortalecimento das estratégias de articulação da rede de atenção aos usuários de crack e outras drogas.

BRASIL MAIS SEGURO REDUZ CRIMINALIDADE EM ALAGOAS

Implantado em junho de 2012 nos municípios de Maceió e Arapiraca, objetiva reduzir crimes vio-

lentos, por meio do enfrentamento ao crime organizado, ações estruturantes na área de perícia e justiça criminal, monitoramento e ocupação de áreas com maiores índices de crimes violentos.

Desde a implantação, o Programa alcançou expressiva redução na ocorrência de crimes violentos letais intencionais. Em Maceió, a diminuição foi de 20,3%, enquanto em Arapiraca correspondeu a 23,1%, em comparação com o mesmo período do ano passado.

CAMPANHA DO DESARMAMENTO

A Campanha Nacional do Desarmamento já recolheu um total de 59.723 armas de fogo em todo país desde maio de 2011. Já foram recolhidos 28.835 revólveres e 11.966 espingardas, entre outros modelos de armas. A campanha alcançou a adesão dos 26 estados e do Distrito Federal que, juntos, disponibilizam os atuais 2.090 postos de coleta.

São Paulo foi o estado que mais recolheu, com um total de 16.643 armas recebidas até agora. Rio Grande do Sul, Acre e Bahia lideram o ranking per capita, com o maior número de armas recolhidas por cada 100 mil habitantes.

Armas entregues por 100 mil habitantes (desde mai/2011)

ESTADO	TAXA
Rio Grande do Sul	67,99
Acre	49,40
Bahia	43,57
São Paulo	40,34
Rio de Janeiro	36,69
Pernambuco	33,56
BRASIL	29,81

Fonte: Ministério da Justiça

Estímulo ao investimento

Concessões de rodovias e ferrovias e redução nas tarifas de energia elétrica

Medidas promovem redução de custos e aumento da competitividade

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

Lançado em 15 de agosto, o Programa de Investimentos em Logística visa melhorar a infraestrutura de transportes no país e promover a integração entre rodovias e ferrovias, reduzindo custos e aumentando a eficiência e a competitividade do país. Estão previstos investimentos totais de R\$ 133 bilhões do setor público e privado, sendo R\$ 79,5 bilhões nos primeiros cinco anos e o restante em até 25 anos. Com isso, pretende-se dotar o país de uma infraestrutura logística compatível com sua dimensão continental.

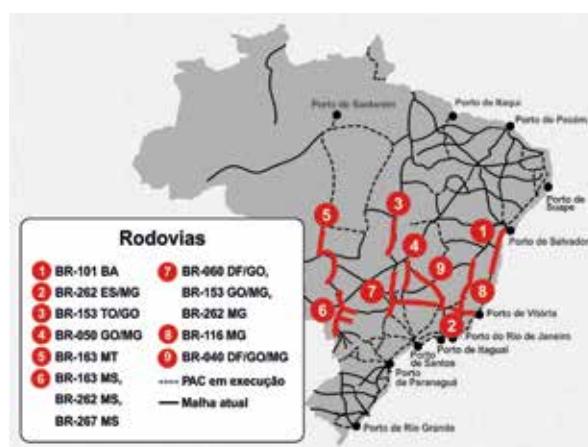
O planejamento e o acompanhamento das ações e projetos ficarão sob a responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Empresa de Planejamento e Logística

Criada em agosto, a Empresa de Planejamento e Logística – EPL substitui a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav). Seu objetivo é estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando os modais de transportes – rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A empresa participará como sócia na concessão do Trem de Alta Velocidade, de forma a absorver e difundir as novas tecnologias.

Rodovias: serão investidos R\$ 42 bilhões na duplicação e construção de 7,5 mil km de estradas, contemplando 9 trechos de rodovias federais em 8 unidades da federação, com 56% dos investimentos concentrados nos primeiros cinco anos e o restante em até 20 anos. As principais características do novo modelo são:

- Seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio, que poderá ser cobrado apenas quando 10% das obras tiverem sido concluídas. Não serão instalados postos de cobrança de pedágio em áreas urbanas.
 - Condições de financiamento favoráveis e compatíveis com a dimensão dos investimentos: os juros serão a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), acrescida de até 1,5% ao ano, com carência de até 3 anos, prazo de amortização de até 20 anos e grau de alavancagem variando de 65% até 80%.



Fonte: Ministério dos Transportes

Ferrovias: R\$ 91 bilhões serão investidos na construção de 10 mil km de linhas férreas, contemplando 12 trechos, em 17 estados, com 62% dos investimentos concentrados nos primeiros cinco anos e o restante em até 25 anos.

O novo modelo visa à quebra do monopólio no uso das estradas de ferro e a criação de mecanismos que estimulem a redução de tarifas. Sua operacionalização será por meio de Parceria Público-Privada (PPP).

Principais características:

- O Governo Federal será responsável pela contratação da construção, manutenção e operação da ferrovia.
- A capacidade de transporte ferroviário será adquirida integralmente pela Valec – Engenharia Construções e Ferrovias S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, que fará a oferta pública desta capacidade para usuários que queiram transportar carga própria, operadores ferroviários independentes e concessionárias de transporte ferroviário.
- Será assegurado o direito de passagem dos trens em todas as malhas, como forma de reduzir o custo tarifário.
- As condições de financiamento são favoráveis e compatíveis com a dimensão dos investimentos: os juros serão a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), acrescida de até 1,0% ao ano, com carência de até 5 anos, prazo de amortização de até 25 anos e grau de alavancagem variando de 65% até 80%.



Fonte: Ministério dos Transportes

ENERGIA ELÉTRICA MAIS BARATA PARA TODOS OS CONSUMIDORES

A partir de fevereiro de 2013, todos os consumidores vão pagar, em média, 20,2% menos pela energia elétrica. O consumidor residencial terá uma redução de 16,2% e, para o comércio e a indústria, a redução variará de acordo com o nível de tensão, podendo chegar a 28,0%.

Esta redução será alcançada pela combinação da renovação antecipada das concessões de energia elétrica e da redução dos encargos setoriais que incidem sobre a conta de luz.

Efeito médio para consumidores		
Grupo	Nível de tensão	Redução na tarifa (%)
A Alta Tensão (Empresas)	230 KV ou mais	28,0
	88 a 138 KV	24,7
	69 KV	21,5
	30 a 44 KV	20,0
	2,3 a 25 KV	19,4
	Subterrâneo	19,7
B Baixa Tensão (Consumo Doméstico)	Inferior a 2,3 KV	16,2
Média		20,2

Prorrogação das concessões

Entre 2015 e 2017, várias das concessões para a prestação dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no país vencerão. No lugar de receber de volta todo o patrimônio das concessionárias e realizar novas licitações, o Governo irá prorrogar essas concessões por 30 anos, mas estabelecendo novos procedimentos para fixação das tarifas, orientados pelo princípio da modicidade tarifária.

A prorrogação das concessões permitirá a continuidade da prestação do serviço, combinada à aceleração dos efeitos da modicidade tarifária, diminuindo os riscos que a troca de gestão da operação de uma capacidade representativa do parque gerador e de um sistema de transmissão de dimensões continentais poderia acarretar.

Abrangerá 73 contratos:

Geração: 20 contratos de concessão com prazos de vencimento entre 2015 e 2017, totalizando 22 mil megawatts, equivalentes a 18% do parque gerador.

Transmissão: 9 contratos com vencimento em 2015, totalizando 85 mil km, sendo 68,7 mil km da Rede Básica, equivalentes a 67% do Sistema Integrado Nacional.

Distribuição: 44 contratos com prazo de vencimento entre 2015 e 2016, representando 24 milhões de unidades consumidoras, equivalentes a 35% do mercado.

Para efetuar a prorrogação, o concessionário deverá aceitar os padrões de remuneração e de qualidade da prestação de serviço fixados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As concessões que não forem prorrogadas – por eventual opção das concessionárias – serão relitigadas no vencimento.

Redução dos encargos setoriais

A partir de fevereiro de 2013, serão suprimidos da conta de energia elétrica os encargos que foram criados para garantir a expansão, modernização e eficiência do setor, bem como a universalização do acesso à energia elétrica.

Deixarão de ser cobrados os encargos referentes à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e à Reserva Geral de Reversão (RGR) para distribuidoras, novos empreendimentos de transmissão e concessões prorrogadas ou licitadas.

Para manutenção de programas sociais como o Luz Para Todos e a Tarifa Social, destinados à população de baixa renda, e o subsídio à geração de energia elétrica nas áreas isoladas do interior do país, a União realizará anualmente um aporte na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para 2013 está previsto um aporte de mais de R\$ 3 bilhões, reduzindo a necessidade de pagamento das quotas de CDE por parte dos consumidores.

Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais

Estado mais preparado para enfrentar desastres naturais

Obras de prevenção e estruturação do novo sistema de prevenção, monitoramento, alerta e resposta a desastres naturais

Para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em agosto, envolve ações para mapear as áreas de risco e dotar o país de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta e resposta a desastres naturais.

Até 2014, serão R\$ 18,8 bilhões em novos investimentos, distribuídos em quatro eixos: prevenção, mapeamento, monitoramento e alerta e resposta.

PREVENÇÃO

Obras estruturantes de prevenção de inundações e deslizamentos, bem como de ampliação da segurança hídrica nos nove estados do semiárido e no Maranhão, prevenindo os impactos da seca, receberão investimentos de R\$ 15,6 bilhões.

No caso das obras para redução do risco de inundações e deslizamentos, serão priorizados 170 municípios, agrupados em 17 bacias hidrográficas, onde ocorreram 74% das mortes por desastres naturais entre 1991 e 2010.

Cerca de 42% das obras já estão selecionadas e atenderão todos os estados do Nordeste, além de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina.

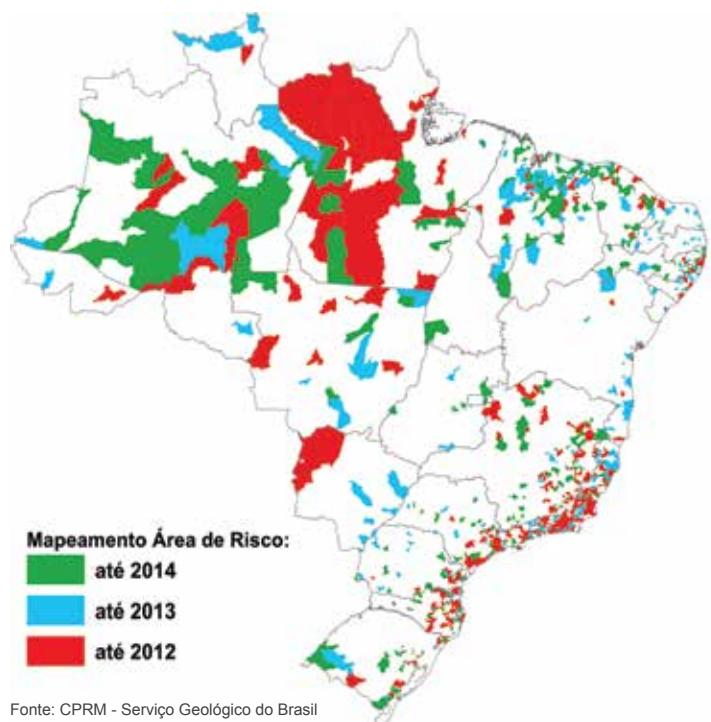
MAPEAMENTO

Mapeamentos geológicos e hidrológicos de áreas com risco de deslizamentos em encostas, enxurradas, inundações e alagamentos são fundamentais

para o planejamento de ações de prevenção, monitoramento e alerta e resposta.

Risco Geológico: já foi realizado o mapeamento de áreas de risco de deslizamentos e encostas e organizado o plano de intervenções em mais de 200 municípios. A meta até 2014 é chegar a 821 municípios, onde ocorreram 94% das mortes e 88% dos casos de desabrigados e desalojados entre 1991 e 2010. Foram estabelecidas 7 salas de situação em estados das regiões Norte e Nordeste, e capacitados mais de três mil profissionais em Defesa Civil.

Risco Hidrológico: o mapeamento de áreas de riscos de inundações já foi realizado em bacias hidrográficas de 22 estados, com previsão de conclusão para todas as bacias prioritárias até dezembro de 2012. O



Atlas Nacional, cobrindo os 26 estados e o Distrito Federal, será finalizado em 2013.

MONITORAMENTO E ALERTA

O sistema de monitoramento e alerta busca antecipar ao máximo os alertas de riscos de desastres naturais, gerenciando a informação de modo a preparar a população e garantir melhores condições de resposta aos desastres naturais. O sistema é composto de duas estruturas centrais e complementares, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

CEMADEN: responsável pelo monitoramento contínuo de ameaças e pela emissão antecipada de alertas de risco de desastres naturais, opera desde dezembro de 2011 em Cachoeira Paulista (SP) e está sendo fortalecido. O CEMADEN funciona ininterruptamente e produz alertas de risco de enxurradas, inundações e deslizamentos com antecedência de 2 a 6 horas. Em caso de riscos de quebra de safra e de falta de abastecimento de água no semiárido, os avisos são feitos com 2 meses de antecedência.

CENAD: instalado em Brasília, é responsável por gerenciar informações sobre riscos e desastres geradas pelo CEMADEN, para preparar a população e responder aos desastres ocorridos, em ação articulada com estados e municípios. Conta com equipe de 70 servidores, funcionando 24 horas por dia.

Os investimentos no sistema incluem a ampliação da estrutura de equipamentos, estímulo à pesquisa científica e tecnológica em desastres naturais, além da produção nacional de equipamentos e parceria com comunidades locais para o monitoramento.

Serão adquiridos e implantados 9 radares meteorológicos; 4,1 mil pluviômetros, entre automáticos e semiautomáticos; 286 estações hidrológicas e con-

juntos geotécnicos; 100 estações agrometeorológicas e 500 sensores de umidade de solo.

RESPOSTA

Envolve a coordenação e execução de ações de resposta à ocorrência de desastres naturais.

Força Nacional de Emergência: agrupa profissionais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), CEMADEN, CENAD, ANA, MDS e outros órgãos, que prestam apoio coordenado às equipes locais para avaliação de riscos, registro de ocorrências e remoção dos atingidos. A Força já atuou com sucesso em janeiro de 2012, durante as enchentes em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Força Nacional do SUS: 6 hospitais de campanha e um estoque permanente de medicamentos estarão disponíveis. Já foram capacitados mais de 300 profissionais para gestão de crises, e implantadas 15 equipes em regime de plantão.

Forças Armadas e Força Nacional de Segurança: terão mais equipamentos, suprimentos e profissionais para atuar no apoio às situações de emergência.

Defesas Civis Municipais: estão sendo reforçadas com equipamentos como veículos 4x4, GPS, câmeras fotográficas e computadores portáteis.

Cartão de Pagamento: sua implantação agiliza a compra e o recebimento de itens essenciais. O cartão já foi recebido por 422 municípios e 18 estados. Em 2012, o Governo Federal já repassou R\$ 272,4 milhões, por meio do cartão, para 102 municípios e 17 estados que sofreram com chuvas ou estiagem.

Minha Casa, Minha Vida: 50 mil unidades habitacionais foram reservadas para atender famílias atingidas por desastres naturais. Famílias com renda até R\$ 3.275 serão dispensadas do pagamento das prestações. Estados e municípios devem garantir a infraestrutura, o terreno e o aluguel social até o reassentamento definitivo.

Minha Casa, Minha Vida

Programa garante casa própria para milhões de brasileiros

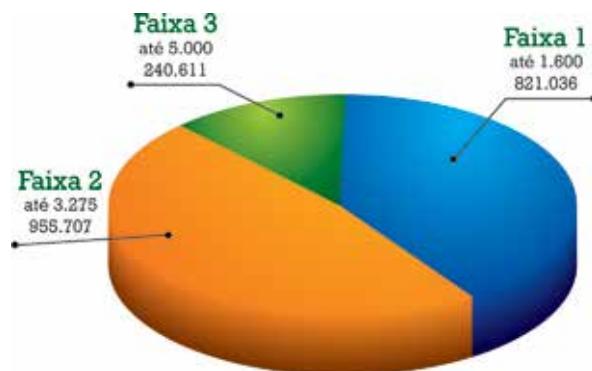
Ritmo de contratações é acelerado e regras são aperfeiçoadas

MAIS DE 970 MIL MORADIAS ENTREGUES

Até 31 de outubro, foram contratadas 2.017.354 unidades habitacionais nas duas fases do programa, das quais 970.896 (48,1%) já foram entregues.

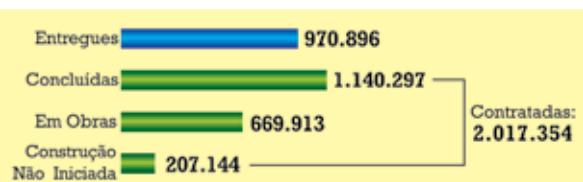
- Para famílias com renda até R\$ 1.600 (faixa 1), já foram entregues 257.128 moradias, de um total de 821.036 unidades habitacionais contratadas. Foram destinados, até outubro, R\$ 34,5 bilhões em subsídios para a compra da casa própria nessa faixa de renda.
- 645.949 moradias foram entregues para famílias da faixa 2, de um total de 955.707 unidades habitacionais contratadas. Foram destinados, até outubro, R\$ 18,8 bilhões em subsídios e R\$ 73,0 bilhões em financiamentos nessa faixa.
- Para famílias da faixa 3 de renda, foram entregues 67.819 moradias, de um total de 240.611 unidades habitacionais contratadas. O valor total financiado nessa faixa foi de R\$ 19,4 bilhões.

Moradias Contratadas no MCMV, por Faixa de Renda
Até 31/10/2012



Fonte: Caixa Econômica Federal

Andamento do MCMV – Até 31/10/2012



Fonte: Caixa Econômica Federal

APRIMORAMENTO DAS REGRAS DO MINHA CASA, MINHA VIDA

Entre agosto e outubro, foram realizadas diversas alterações nas regras do programa:

- Para famílias com renda até R\$ 1.600 (faixa 1), o valor máximo para aquisição de imóveis subsidia-dos foi ampliado de R\$ 65 mil para R\$ 76 mil, variando de acordo com a Unidade da Federação e o perfil do município. O valor máximo da prestação do imóvel foi reduzido de 10% para 5% da renda familiar, com valor mínimo de R\$ 25 mensais.
- O limite de renda para a faixa 2 foi ampliado de R\$ 3.100 para R\$ 3.275, e o valor máximo do subsídio para imóveis financiados foi reajustado de R\$ 23 mil para R\$ 25 mil.
- Para famílias da faixa 3 – renda entre R\$ 3.275,01 e R\$ 5.000 – a taxa de juros caiu de 8,16% para 7,16% ao ano.
- Para famílias com renda de R\$ 3.100,01 a R\$ 3.275, a taxa caiu de 8,16% para 6% ao ano, e para famílias com renda entre R\$ 2.325,01 e R\$ 2.455, a redução foi de 6% para 5% ao ano.
- O valor máximo do imóvel financiado através do programa subiu de R\$ 170 mil para R\$ 190 mil.

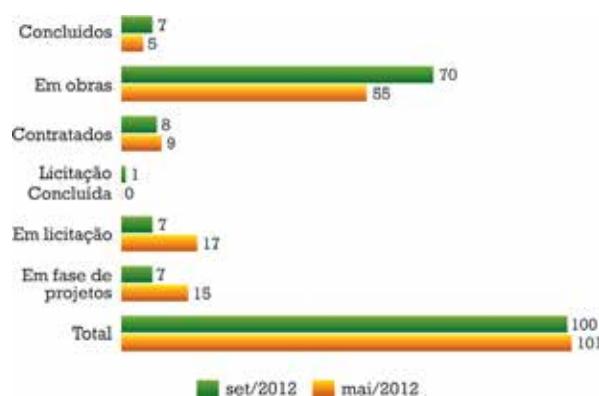
Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016

Preparação do Brasil para os grandes eventos esportivos e estímulo aos atletas

COPA 2014

As obras de estádios, mobilidade urbana, aeropostos e portos, estão em curso nas 12 cidades-sede da Copa de 2014.

Evolução dos empreendimentos para a Copa 2014



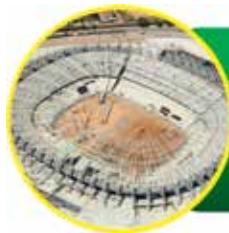
Fonte: Ministério do Planejamento - matriz copa

Estádios

Avançam as obras nos estádios em todas as cidades-sede da Copa 2014. No caso das cidades de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, que sediarão a Copa das Confederações 2013, todos os estádios serão concluídos até o primeiro semestre de 2013, sendo que os estádios do Castelão (CE) e do Mineirão (MG) serão inaugurados ainda em 2012.



76,5%
ESTÁDIO NACIONAL/DF
Conclusão até fevereiro/2013



92,8%
CASTELÃO/CE
Conclusão até dezembro/2012



92,7%
MINEIRÃO/MG
Conclusão até dezembro/2012



80%
FONTE NOVA/BA
Conclusão até dezembro/2012



70%
MARACANÃ/RJ
Conclusão até fevereiro/2013



70,6%
ARENA PERNAMBUCO/PE
Conclusão até fevereiro/2013



52%
ARENA DA BAIXADA/PR
Conclusão até julho/2013



55%
ARENA ITAQUERA/SP
Conclusão até dezembro/2013



41%
ARENA PANTANAL/MT
Conclusão até outubro/2013



38,6%
BEIRA RIO/RS
Conclusão até dezembro/2013



44%
ARENA AMAZÔNICA/AM
Conclusão até dezembro/2013



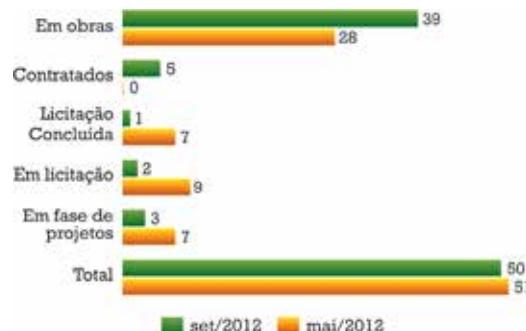
42%
ARENA DAS DUNAS/RN
Conclusão até dezembro/2013

Mobilidade Urbana

As obras de mobilidade previstas para as cidades-sede da Copa 2014 estão em andamento em 9 delas. Em Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro todas as obras serão concluídas até dezembro de 2013.

A obra do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), previsto para Brasília, foi excluída da Matriz de Responsabilidade para Copa.

Evolução dos empreendimentos em mobilidade urbana



Fonte: Ministério do Planejamento - matriz copa

Aeroportos

Estão em andamento 31 ações em 13 aeroportos: Brasília, Belo Horizonte, Campinas, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Guarulhos/SP, São Gonçalo do Amarante/RN e Galeão/RJ. Os investimentos já somam R\$ 7,35 bilhões. Exceto a pista de pouso e decolagem de Porto Alegre, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014, as demais ficarão prontas até dezembro de 2013. Oito obras já foram concluídas até o momento.

Evolução dos empreendimentos em mobilidade urbana



Fonte: Ministério do Planejamento - matriz copa

Portos

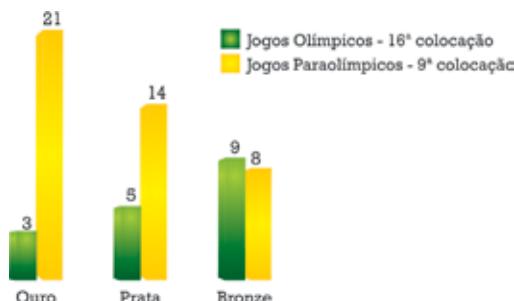
As obras de modernização dos portos nas cidades de Fortaleza, Natal, Recife, Salvador e Santos já

foram iniciadas. Os portos de Manaus e Rio de Janeiro terão as obras iniciadas até março de 2013.

OLIMPÍADAS 2016

Nos jogos de Londres 2012 os atletas colocaram o Brasil na 16^a colocação geral no ranking olímpico e na 9^a no paraolímpico, melhorando a posição alcançada em Pequim, quando os atletas brasileiros colocaram a delegação em 18º em e 11º lugares respectivamente.

Quadro brasileiro de medalhas – Londres 2012



Fonte: Ministério do Esporte

Após o bom desempenho nos Jogos de Londres, o Brasil inicia o novo ciclo olímpico, intensificando o apoio aos atletas para as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

Bolsa Atleta

É um dos principais instrumentos de apoio do governo federal para garantir as condições para que os atletas de base e de alto rendimento se dediquem ao treinamento e desenvolvam seu potencial. Em Londres 60% dos atletas das delegações olímpica e paraolímpica eram beneficiários do Bolsa Atleta.

Balanço dos jogos de Londres em 2012			
	Atletas	Modalidades	Beneficiários do Bolsa Atleta
Olimpíadas	257	32	110
Paraolimpíadas	182	18	156

Fonte: Ministério do Esporte

Plano Brasil Medalhas 2016

Lançado em setembro de 2012, o plano irá apoiar os 200 atletas olímpicos e paraolímpicos brasileiros classificados entre os 20 melhores do mundo em suas modalidades.

O objetivo é viabilizar condições ideais de preparação desses atletas para a conquista de medalhas nos Jogos do Rio em 2016.

Para alcançar esses objetivos, os investimentos no apoio aos atletas de alto rendimento serão ampliados em R\$ 1 bilhão, de 2013 a 2016, totalizando R\$ 2,5 bilhões no período.

O plano está estruturado em dois eixos: Apoio ao Atleta e Centros de Treinamento. No caso do apoio aos atletas, foram aprimoradas as categorias Atleta Pódio, dirigida aos atletas de alto rendimento, e a Bolsa Técnico, ambas constantes no programa Bolsa Atleta. Haverá também o apoio financeiro mensal para os profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar de apoio aos atletas, como nutricionistas e preparadores físicos, além de subsídio para a aquisição de equipamentos.

Serão também construídos ou modernizados 22 Centros de Treinamentos para a preparação dos atletas, 21 desses centros para modalidades olímpicas e um para modalidades paraolímpicas.



Bolsa Atleta Pódio
Até R\$ 15 mil/mês por atleta



Bolsa Técnico
Até R\$ 10 mil/mês



Equipe Multidisciplinar
Até R\$ 5 mil/mês por profissional



Aquisição de Equipamentos
Até R\$ 20 mil por atleta

Meio ambiente

Compromisso com o desenvolvimento sustentável

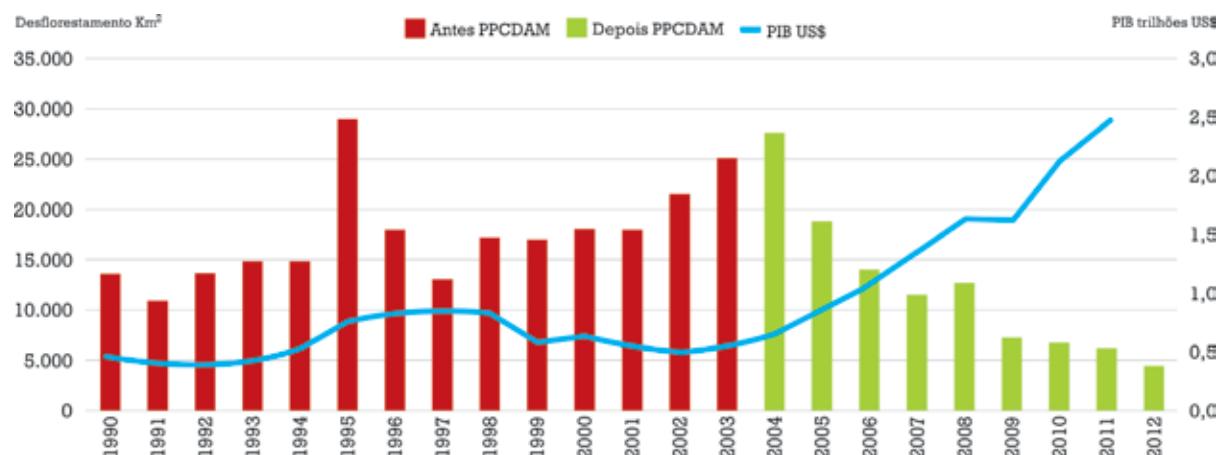
Aprovação de novo Código Florestal e redução da área desflorestada na Amazônia confirmam capacidade crescente de preservação da biodiversidade

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA CONTINUA EM QUEDA

A área desmatada na Amazônia foi de 4.656 km², entre agosto de 2011 e julho de 2012, 27% menor que a registrada no mesmo período de 2010-2011. Este resultado corresponde à menor área de desflorestamento desde a primeira medição feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 1988. Ele é também 83,2% menor do que o desflorestamento registrado em 2004, quando foi

criado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). A redução do desmatamento mostra o avanço das iniciativas brasileiras para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Com este resultado, o país já reduziu a área desflorestada em 76,27% frente à média anual de desmatamento registrada entre 1996 e 2005, ficando muito próximo de cumprir o compromisso assumido em Copenhague, de alcançar, até 2020, uma redução de 80% em relação àquela média.

Desmatamento da Amazônia x PIB



(*) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

Fonte: PRODES-INPE e BACEN

NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Com a promulgação do novo Código Florestal, o Brasil passa a ter regras mais claras de uso do solo no campo e na cidade e ficam mais bem definidos os papéis do governo, dos produtores e dos cidadãos na preservação da biodiversidade, das águas, do solo e da integridade do clima.

Uma diretriz importante do novo Código é tratar de forma diferenciada os proprietários segundo o tamanho da área de sua propriedade. Não houve anistia para nenhum proprietário e todos terão que recuperar as áreas degradadas, mas estão previstas condições específicas para os pequenos produtores e os agricultores familiares.

O novo Código contém regras para recomposição da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente (APP), diferenciando as situações em que o desmatamento ocorreu antes ou depois de 2008. Prevê também financiamento para recuperar áreas desmatadas. Em relação às multas aplicadas pelo IBAMA, prevê a suspensão se o produtor aderir ao Programa de Recuperação Ambiental e, após a recuperação total da área, autoriza sua conversão em serviços ambientais prestados.

Regras de Preservação

O novo Código não altera a destinação ou uso da terra quanto às exigências de preservação. A novidade é a criação de regras para recuperar o que foi degradado em desrespeito às normas de preservação.

A Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal devem ser distintas, com áreas variando de acordo com o tamanho da propriedade e o bioma em que está localizada. A única exceção aplica-se à propriedade destinada à agricultura familiar ou pequena produção com área inferior a 4 módulos fiscais, na qual será possível optar por uma única área, que não deve ser inferior a 10% da área total.

Áreas de preservação permanente (APP): sua extensão varia com a largura dos cursos d'água.

Largura do rio ou curso d'água	Largura mínima da faixa de APP em cada lado do rio
Inferior a 10 metros	30 metros
De 10 a 50 metros	50 metros
De 50 a 200 metros	100 metros
De 200 a 600 metros	200 metros
Superior a 600 metros	500 metros

Para imóveis rurais com áreas consolidadas até 2008 em APPs, no entorno de cursos d'água será obrigatória a recomposição de faixa marginal em largura mínima conforme o tamanho da propriedade:

Nº módulos fiscais	Área a ser recuperada (metros)
1	5
Até 2	8
2 a 4	15
A partir de 4	30

Reserva Legal: deve ser mantida com vegetação nativa e cujos limites mínimos variam de acordo com o bioma. Na Amazônia Legal, o produtor deve manter 80% da floresta em pé. Na mesma região, se a propriedade estiver em área de Cerrado, a obrigatoriedade é de 35% preservados e, em caso de campos gerais, 20%. No bioma Cerrado, a reserva é de 35% e, nas demais regiões, 20%. Pelas regras do novo Código, nos casos em que houve supressão da vegetação na Reserva Legal, independentemente do tamanho da propriedade, as áreas devem ser recompostas.

Os novos instrumentos

Foram criados três novos instrumentos para regularizar a situação ambiental das propriedades:

Cadastro Ambiental Rural (CAR): documento que passa a ser obrigatório para regularização da terra por todos os proprietários ou posseiros. Por meio do CAR, o produtor irá declarar os limites da propriedade, identificando a reserva legal e a área de preservação permanente.

Programa de Recuperação Ambiental (PRA): oferecerá apoio e acompanhamento aos produtores que tiverem a obrigação de recuperar áreas desmatadas. Será implementado em parceria entre Governo federal, estados e municípios.

Cota de Reserva Ambiental (CRA): será aplicada em casos especiais, quando a área preservada não esteja nos limites da propriedade. Permite que o produtor compre uma área com vegetação nativa, que não seja APP ou reserva, para substituir a que desmatou.

Relação Federativa

Ampliação do espaço fiscal dos Estados e ações de enfrentamento à seca

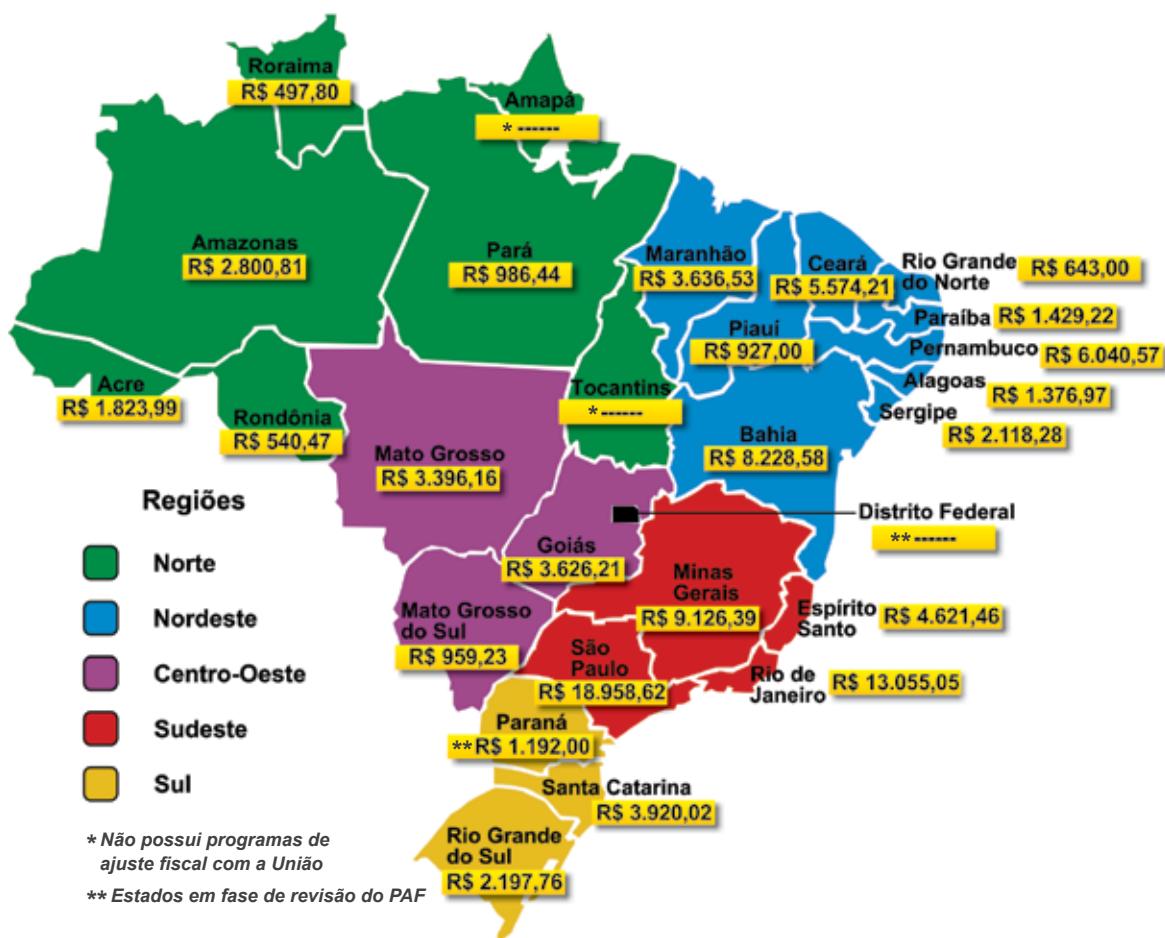
MAIS RECURSOS PARA OS ESTADOS INVESTIREM

Foi ampliado em R\$ 58,3 bilhões o limite para contratação de operações de crédito de 21 estados, na revisão dos Programas de Ajuste Fiscal de 2012-2014. Isto permitirá a elevação dos investimentos públicos dos estados em áreas como infraestrutura, saneamento ambiental, habitação e mobilidade urbana. Em 2011, dos 25 estados que têm Programa de Ajuste Fiscal com a União, 20 obtiveram autori-

zações para operações de crédito, assegurando R\$ 39,4 bilhões para investimentos fundamentais para estimular o desenvolvimento regional.

Os Programas de Ajuste Fiscal do Distrito Federal e do Estado do Paraná ainda estão em fase de revisão. Já os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte tiveram suas dívidas refinanciadas e não necessitaram de revisão em seus programas. Os estados do Amapá e do Tocantins não possuem Programas de Ajuste Fiscal com a União.

Programa de reestruturação e ajuste fiscal no período de 2011/2012 – R\$ milhões



Fonte: Ministério da Fazenda

MEDIDAS PARA COMBATE À SECA

Em 2012, cerca de cinco milhões de famílias estão sendo atendidas em todos os estados do Nordeste e em Minas Gerais, através dos programas federais, minimizando os problemas causados pela seca rigorosa que assola essas regiões. R\$ 3,2 bilhões já foram liberados pelo Governo Federal para ações emergenciais de enfrentamento à seca. A parceria entre a União e os governos dos estados tem sido fundamental para não deixar que a seca se transforme num flagelo para o país.

Auxílios financeiros

O benefício do Bolsa Estiagem, que era de R\$ 400, conta agora, também, com o acréscimo de mais duas parcelas de R\$ 80. Até outubro foram concedidas 831,2 mil bolsas, atendendo a 1.311 municípios.

A Defesa Civil, através do seu Cartão de Pagamento, utilizado para aquisição de itens de emergência e restabelecimento de serviços essenciais, disponibilizou R\$ 282 milhões para 17 estados afetados pela estiagem até o momento.

Até outubro deste ano, chegava a 1.245 o número de municípios em situação de emergência devido à falta de chuva, de acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Abastecimento de água

O programa Água para Todos já atendeu 375 mil famílias com cisternas, através de repasses que somam R\$ 983 milhões. Além das cisternas, R\$ 60

milhões foram destinados à instalação e à recuperação de poços no semiárido, extremamente importantes para a armazenagem de água para a população rural.

Além dos 4.162 carros-pipa autorizados pelo Governo Federal e operados pelo Exército brasileiro, que têm atendido 3 milhões de pessoas em 706 municípios, os estados receberam recursos da União e se comprometeram a providenciar mais dois mil veículos. A operação obteve repasse de R\$ 310 milhões para sua execução.

Apoio à produção rural

Para os produtores das regiões prejudicadas, linhas de crédito especiais com juros de até 3,5% ao ano foram disponibilizadas. Já chegam a 133 mil produtores beneficiados, com cerca de R\$ 1,04 bilhão contratado.

Ainda, mais 691 mil famílias de agricultores já foram atendidas pelo Seguro Garantia-Safra com R\$ 473 milhões já repassados pela União. Também foram anunciadas a antecipação do pagamento do benefício e o acréscimo de mais duas parcelas, passando as famílias a receber R\$ 952 de subsídio.

Prorrogação de subsídios para o milho

Outra medida adotada foi a prorrogação da venda de milho subsidiado para os produtores rurais e para alimentação animal. Na modalidade “balcão”, já foram beneficiados mais de 47 mil produtores com mais de 108 mil toneladas.



Brasil e o Mundo

Brasil e o mundo

Presidência Pro Tempore do Mercosul e intensa agenda multilateral são os destaques do período

AGENDA MULTILATERAL E REGIONAL

Brasil na 67ª. Assembleia Geral das Nações Unidas

Em 25 de setembro, a Presidenta abriu a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. A intervenção do Brasil defendeu a construção de um amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global, frente ao cenário de persistente crise econômica mundial.

Sobre a Rio+20, foi destacada a importância da aprovação, por consenso, de um documento final que constitui ponto de partida para uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI, com foco na erradicação da pobreza, no uso consciente dos recursos naturais e nos padrões sustentáveis de produção e consumo.

A Presidenta saudou o lançamento da Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020), ressaltando a ampla campanha de conscientização que o país está realizando para a redução de acidentes.

Foi lembrado ainda que o País já iniciou a contagem regressiva para as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

Na esfera política, mereceram menção os importantes movimentos sociais ocorridos no Oriente Médio e no Norte da África, como reação, na sua quase totalidade, à pobreza, ao desemprego, à falta de oportunidades e de liberdades civis e ao autoritarismo.

A Presidenta condenou a violência na Síria e lançou um apelo às partes em conflito para que desponham as armas e juntem-se aos esforços de mediação do Representante Especial Conjunto da ONU e da Liga Árabe. Defendeu com vigor a reforma institucional da ONU e do seu Conselho de Segurança, para torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz.

Reiterou o apoio do Governo brasileiro ao reconhecimento do Estado Palestino como membro pleno das Nações Unidas, destacando que só uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com os seus vizinhos e segurança em suas fronteiras.

No contexto regional, a Presidenta salientou seu empenho em trabalhar com seus vizinhos por um ambiente de democracia, paz, prosperidade e justiça social, e criticou o embargo norte-americano a Cuba.

O Brasil participou ainda de intensa agenda de encontros bilaterais e multilaterais, como reuniões ministeriais do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), BRICS (Brasil, Índia, Rússia e China), Grupo dos 77 e China (países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil), e CELAC (América Latina e Caribe).

III Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA)

A Presidenta participou, em 2 de outubro, da III Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Lima,

Peru, a primeira entre os líderes das duas regiões depois de iniciada a “Primavera Árabe”.

A Cúpula de Lima, além de abarcar questões de cooperação em diversas áreas, foi marcada por debates em torno das questões políticas do mundo árabe. A Presidenta ressaltou o potencial da cooperação entre as duas regiões, expressou repúdio à intolerância religiosa e ao terrorismo, e reiterou a via do diálogo como solução para os conflitos armados.

A Declaração de Lima, adotada ao final do encontro, registrou posições comuns dos dois blocos como a defesa do Estado Palestino, o uso pacífico de tecnologia nuclear e o compromisso com o desenvolvimento sustentável. No que se refere à situação na Síria, houve condenação à violência e às violações de direitos humanos, bem como a defesa de uma solução pacífica.

Reunião de Cúpula Extraordinária do MERCOSUL

Em 31 de julho, realizou-se, em Brasília, Reunião de Cúpula Extraordinária do Mercosul. Na ocasião, foi celebrada a entrada da Venezuela como membro pleno do agrupamento, nos termos da “Declaração sobre a Incorporação da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul” adotada na cidade de Mendoza, Argentina, em 29 de junho de 2012, por ocasião da XLIII Cúpula de Presidentes do Mercosul.

Com o ingresso da Venezuela, o Mercosul passa a contar com uma população de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul), um PIB a preços correntes de US\$ 3,3 trilhões (83,2% do PIB sul-americano) e um território de

12,7 milhões de km² (72% da área da América do Sul). O Mercosul se afirma, também, como potência energética global em recursos tanto renováveis quanto não renováveis.

Na Cúpula Extraordinária de Brasília foi renovada, também, a condenação à ruptura da ordem democrática na República do Paraguai, que redundou na suspensão do direito do país de participar dos órgãos do Mercosul, com fundamento nas disposições acordadas no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático de 1998.

Brasil exerce a Presidência Pro Tempore do Mercosul

O Brasil exerce, até dezembro de 2012, a Presidência Pro Tempore do Mercosul.

Entre as prioridades da Presidência pro tempore brasileira estão a possível criação de um Escritório Regional de Aduanas sediado no Brasil; a organização de um Foro Empresarial; a criação de um programa de mobilidade acadêmica, com concessão de bolsas de estudo para circulação de universitários entre os países membros; a criação de agência de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva; a criação de dois Centros de Excelência, sendo um sobre clima e prevenção de desastres naturais e outro sobre estudos relacionados à água; o fortalecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM); o avanço no âmbito do Estatuto da Cidadania (que trata de temas como circulação de pessoas, direitos do consumidor e previdência social), e no Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), que busca erradicar a fome e a pobreza, bem como nas áreas de saúde, educação e trabalho.

Convenção sobre Diversidade Biológica(CDB)

O Brasil participou, de 8 a 19 de outubro de 2012, da 11^a Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica na cidade de Hyderabad, na Índia. A CDB é o principal instrumento multilateral sobre biodiversidade e tem três objetivos principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos. Dentre os temas da COP-11, destacou-se a implementação da Estratégia de Mobilização de Recursos Financeiros e a definição do orçamento e das prioridades de financiamento para a 6^a recomposição do Fundo Global para o Meio Ambiente. O Brasil defendeu o fluxo previsível, adequado e oportuno de recursos, sobretudo em atenção às necessidades dos países em desenvolvimento. Ressaltou, ainda, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e o próprio texto da Convenção que determina que os países desenvolvidos devem prover recursos novos e adicionais para que os países em desenvolvimento possam cumprir suas obrigações para com a CDB.

Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança

O Brasil participou, de 1º a 5 de outubro, na cidade de Hyderabad, na Índia, da 6^a Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-6). O Protocolo, assinado no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), disciplina as movimentações transfronteiriças, o manuseio e a utilização de organismos geneticamente modificados (OGMs). Por meio de suas re-

gras, as partes concordam em adotar padrões mínimos de segurança e estabelecem mecanismo de troca de informações, com o objetivo de evitar que a produção e a comercialização de OGMs possam ter efeitos adversos para a saúde humana e o uso sustentável da diversidade biológica. O Brasil é o único grande exportador de OGMs a fazer parte do Protocolo de Cartagena.

Durante o encontro, as Partes adotaram 16 decisões, sendo as principais em: (i) manuseio, transporte, embalagem e identificação de organismos vivos geneticamente modificados (OVMs); (ii) requisitos de notificação às autoridades do país de importação do OVM, antes de sua primeira movimentação transfronteiriça; (iii) limites da consideração de aspectos socioeconômicos para a decisão sobre a importação de um OVM; (iv) medidas necessárias para evitar movimentações transfronteiriças não intencionais de OVMs; (v) avaliação e manejo de riscos decorrentes da utilização e importação de um OVM.

Reunião de Ministros do Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) sobre Mudança do Clima

Em 20 e 21 de setembro, no Palácio Itamaraty, realizou-se a XII Reunião Ministerial do BASIC, para a coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, das negociações em curso no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. O BASIC foi criado em 2007, como grupo informal de diálogo sobre as negociações no âmbito da UNFCCC. Desde sua criação, o Grupo vem desempenhando papel importante na construção de entendimento no regime de mudança do clima

e na definição de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global.

IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

A IX Conferência de Chefes de Estado e Governo da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (Moçambique, 18 a 20 de julho) contou com a participação da delegação brasileira chefiada pelo Vice-Presidente da República. A IX Conferência de Cúpula da CPLP teve como tema central “A CPLP e os Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional”.

Situação na Síria

O Brasil tem trabalhado, no âmbito internacional, em favor de uma solução política para o conflito na Síria. Entre as principais iniciativas, destacam-se o endosso ao Comunicado Final do Grupo de Ação de Genebra sobre a Síria; o apoio ao Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e da Liga Árabe Lakhdar Brahimi; o voto favorável à resolução da Assembleia Geral da ONU, que condenou a violência e as violações de direitos humanos na Síria e instou à cessação da violência; a manutenção de 11 observadores militares brasileiros na Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS) até seu encerramento em 19 de agosto de 2012; e as doações para assistência a refugiados sírios no Líbano e na Jordânia.

Em 20 de julho o Governo brasileiro decidiu transferir temporariamente os servidores do Itamaraty da Embaixada do Brasil em Damasco para Beirute.

O Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO decidiu, em julho, incluir a cidade do Rio de Janeiro na lista do Patrimônio Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, como exemplo único de interação entre o homem, a cidade e a natureza.

A medida não implicou o fechamento da representação brasileira em Damasco.

AGENDA BILATERAL

Visita da Presidenta da República ao Reino Unido e visita ao Brasil do Primeiro-Ministro britânico

Em julho, a Presidenta da República assistiu à cerimônia de abertura da XXX edição dos Jogos Olímpicos, em Londres, e reuniu-se com o Primeiro-Ministro do Reino Unido. A cooperação entre Brasil e Reino Unido na área de esportes é estratégica para a preparação dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Além da agenda relacionada à cooperação esportiva, foram tratados temas de comércio e investimentos, educação, ciência, tecnologia e inovação, energia e infraestrutura.

Nos dias 27 e 28 de setembro o Primeiro-Ministro do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte realizou visita ao Brasil, acompanhado por delegação empresarial, ocasião em que foi analisada e reafirmada a parceria estratégica entre os países em diversas áreas. Destaque para a celebração dos Acordos de Coprodução Cinematográfica e para o Intercâmbio de informações relativas a Tributos, bem como do Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria dos legados econômico, social, ambiental e material das Olimpíadas.

Visita do Presidente do Uruguai

A Presidenta da República recebeu o Presidente da República Oriental do Uruguai no dia 31 de julho de 2012, em Brasília. Na ocasião, os Presidentes determinaram a criação de um “Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN)”, encarregado de consolidar um “Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil-Uruguai” (Plano

de Ação), englobando as áreas prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral, em particular da integração produtiva; ciência, tecnologia e inovação; comunicação e informação; integração da infraestrutura de transportes; livre circulação de bens e serviços; e livre circulação de pessoas.

Visita dos Presidentes eleitos da República Dominicana e do México

O Presidente eleito da República Dominicana, Danilo Medina, reuniu-se em Brasília com a Presidenta da República no dia 9 de julho. O Presidente do México, Henrique Peña Nieto, encontrou-se com a Presidenta no dia 20 de setembro, também em Brasília.

Ambas as visitas de cortesia tiveram por objetivo estabelecer os primeiros contatos pessoais com a Chefe de Estado e outras autoridades brasileiras. O aprofundamento do diálogo e da cooperação no plano bilateral e regional foram os principais pontos tratados durante as referidas visitas.

Visita do Presidente da Irlanda

O Presidente da Irlanda, Michael D. Higgins, realizou visita a Brasília, em 9 de outubro, quando foi recebido pela Presidenta da República. Os governantes examinaram as perspectivas para o incremento do relacionamento comercial, bem como para a intensificação da cooperação educacional entre os dois países, no âmbito do programa “Ciência sem Fronteiras”.

Cooperação com Moçambique

Em visita a Moçambique (de 17 a 21 de julho), por ocasião da IX Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (20/7), o Vice-Presidente da República teve reuniões bilaterais com o presi-

dente de Moçambique, Armando Guebuza, e com o primeiro-ministro, Aires Ali. Trataram do aprofundamento das relações entre Brasil e Moçambique e projetos de cooperação, como o desenvolvimento da agropecuária no país africano com o auxílio técnico da Embrapa. Na cidade de Matola, o vice-presidente iniciou as operações da fábrica de antirretrovirais, que é resultado da cooperação entre os governos dos dois países.

Atuação humanitária

Doação para o Programa Mundial de Alimentos da ONU

Em visita a Londres, por ocasião do encerramento dos Jogos Olímpicos (11/8 a 13/8), o Vice-Presidente da República participou da reunião da Aliança Global para Melhor Nutrição (GAIN), ao lado do primeiro-ministro britânico, e anunciou a doação de US\$ 120 milhões em alimentos para o Programa Mundial de Alimentos da ONU.

Doação ao UNICEF

Em julho, o Brasil anunciou a doação de um milhão e duzentos mil dólares a projetos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Os recursos brasileiros financiarão projetos de cooperação humanitária em onze países e atividades de redução de riscos de desastres na América Latina e no Caribe.

Doação ao ACNUR

Em agosto, no contexto dos esforços brasileiros para minimizar os efeitos humanitários da crise na Síria, o Governo brasileiro realizou contribuição de US\$ 120 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em apoio aos refugiados sírios no Líbano.



Agenda Normativa

Econômica e financeira

Medidas Provisórias

575, de 7.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Aperfeiçoa mecanismos para licitação e contratação das Parcerias Público-Privadas no âmbito da administração pública.
578, de 31.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Permite a depreciação acelerada dos veículos de carga, incentivando a produção e aquisição desses veículos.
581, de 20.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre os mecanismos de atuação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).• Cria instrumentos para que o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduza as taxas de juros nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais.• Autoriza a concessão de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco do Brasil (BB).
582, de 20.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Amplia para 40 o rol de setores industriais e de serviços beneficiados pela desoneração de folha de pagamentos.• Permite a depreciação acelerada de bens de capital.• Institui Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes – REIF.• Amplia o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID.• Dispõe sobre os limites de deduções do Imposto de Renda relativas ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.• Altera a tributação do PIS/COFINS sobre a receita decorrente da comercialização de laranja utilizada na produção de sucos destinados à exportação.• Reduz a tributação do Imposto de Renda sobre o transportador autônomo de cargas.• Prorroga até dezembro de 2013 o benefício fiscal relativo a massas alimentícias.
585, de 23.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro aos Estados, DF e Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações brasileiras.

Leis

12.683, de 9.7.2012	<ul style="list-style-type: none">• Torna mais eficiente a investigação criminal e o processo penal dos crimes de lavagem de dinheiro.
------------------------	--

Leis (continuação)

12.693, de 24.7.2012	<ul style="list-style-type: none">• Amplia a autorização e prorroga a subvenção para empresas e produtores rurais de municípios atingidos por desastres naturais que estiverem em situação de emergência ou de calamidade pública.• Altera Lei que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para estabelecer regras quanto à destinação de recursos para os serviços públicos de saneamento básico.• Altera o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV:<ul style="list-style-type: none">- amplia as hipóteses de dispensa de participação financeira dos beneficiários para as operações vinculadas ao PAC e para aquelas destinadas ao atendimento de famílias que perderam seu único imóvel nos casos de calamidades.- promove melhoria da operacionalização do programa por meio do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.- amplia o limite de renda familiar para enquadramento de famílias por terem sido removidas em decorrência de operações do PAC, calamidades, ou outras operações da União.- estabelece que, na hipótese de separação, o título da propriedade do imóvel adquirido no PMCMV seja registrado em nome da mulher ou a ela transferido, exceto nos casos em que haja filhos e a guarda seja atribuída exclusivamente ao marido ou companheiro.
12.703, de 7.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera as regras da Caderneta de Poupança.<ul style="list-style-type: none">- Aperfeiçoa mecanismos que favorecem as operações de portabilidade de crédito.
12.712, de 30.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Prorroga o Programa de Sustentação do Investimento – PSI.• Amplia o Programa Revitaliza do BNDES.• Cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF.
12.715, de 17.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON.• Institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.• Restabelece o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.• Institui o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REI-COMP.• Institui o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPONBL-Redes.• Cria o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.• Amplia o rol de setores beneficiados pela desoneração de folha de pagamentos.
12.716 de 21.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui linhas de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender produtores rurais e empresários nos municípios atingidos por desastres naturais em situação de emergência ou estado de calamidade pública.• Amplia o valor do Auxílio Emergencial Financeiro destinado às famílias nos municípios em situação de emergência ou calamidade pública em função da estiagem.

Leis (continuação)

12.723, de 9.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Autoriza a instalação de lojas francas nas sedes de Municípios caracterizados como cidades gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil.
-------------------------	--

Decretos

7.774, de 4.7.2012	<ul style="list-style-type: none">• Autoriza a criação de linha de crédito de investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a concessão de bônus de adimplência para agricultores familiares de municípios da região Sul afetados por seca ou estiagem.
7.791, de 17.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a compensação fiscal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ para emissoras de rádio e televisão, pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos.
7.792, de 17.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera alíquotas de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para laminados rígidos de policloreto de vinil (PVC) utilizados para revestimento de móveis entre outros produtos que especifica.
7.796, de 4.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Reduz, prorroga a redução vigente e fixa alíquotas de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI de produtos do setor moveleiro, materiais de construção, materiais elétricos, eletrodomésticos, linha branca, veículos, entre outros que especifica.
7.810, de 20.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de papel-moeda.
7.812, de 20.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de veículos para vias férreas.
7.816, de 28.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de caminhões, furgões e implementos rodoviários.
7.819, de 3.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.
7.829, de 17.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta o cadastro positivo, estabelece regras para a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.
7.833, de 29.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre a repartição de recursos provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.
7.834, de 31.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, prorrogando a redução de veículos até 31/12/2012.

Projeto de Lei

4.577, de
18.10.2012

- Altera a lei que cria o Fundo Garantia-Safra para incluir agricultores familiares de municípios atingidos pela estiagem, situados fora da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Social

Leis

12.681, de
4.7.2012

- Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP, integrado pela União, Estados e Municípios, constituindo uma base de dados com informações relacionadas com segurança pública, sistema prisional, execução penal e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

12.687, de
18.7.2012

- Torna gratuita a emissão da primeira carteira de identidade.
- Institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES.

12.688, de
18.7.2012

- Prevê a concessão de moratória para o pagamento dos débitos tributários federais de instituições de ensino superior, mediante a elaboração de plano de recuperação tributária.
- Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A.

12.689, de
19.7.2012

- Estabelece o conceito de medicamento genérico de uso veterinário e regulamenta sobre:
 - o registro, a aquisição pelo poder público, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação.
 - a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição de sua qualidade e eficácia.

12.690, de
19.7.2012

- Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.
- Institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP.

12.692, de
24.7.2012

- Permite que o empregado tenha acesso às informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS.

12.694, de
24.7.2012

- Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas.

Leis (continuação)

12.695, de 25.7.2012	<ul style="list-style-type: none">• Autoriza a transferência direta de recursos da União aos entes federados para apoiar a execução de Plano de Ações Articuladas (PAR), para promover a melhoria da educação básica pública.• Altera a Lei do FUNDEB, para permitir que sejam computadas as matrículas efetivadas na educação do campo oferecida em instituições especializadas em formação por alternância.• Estende o apoio financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola aos polos presenciais do sistema Universidade Abertas do Brasil, que ofertem programas de formação inicial e continuada a profissionais da educação básica.• Autoriza a concessão de bolsas aos professores das redes públicas de educação e a estudantes beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRO-NERA.
12.696, de 25.7.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir direitos trabalhistas aos membros dos Conselhos Tutelares.• Amplia o mandato dos conselheiros de três para quatro anos e estabelece que sua remuneração será disposta em lei municipal.• Estabelece processo de escolha dos conselheiros em data unificada nacionalmente, a cada 4 anos, a partir de 2015.
12.711, de 29.8.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece que as instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio deverão reservar, em cada concurso seletivo, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, garantindo-se no mínimo 50% dessa reserva para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo:<ul style="list-style-type: none">- entre as vagas reservadas deverá ser garantida, a pretos, pardos e indígenas, reserva em proporção no mínimo igual à sua proporção na população do Estado onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.- as instituições deverão implementar no mínimo 25% da reserva de vagas a cada ano e a política de reserva de vagas será revista pelo Poder Executivo após 10 anos.
12.714, de 14.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.
12.720, de 27.9.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos; prevê aumento de pena quando o crime for cometido por milícia.

Leis (continuação)

12.722, de 3.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre o Programa Brasil Carinhoso:<ul style="list-style-type: none">- estabelece benefício variável para superação da extrema pobreza na primeira infância destinado a famílias que tenham pelo menos uma criança de até 6 anos, de forma a garantir que a soma da renda familiar e dos benefícios financeiros supere o valor mensal de R\$ 70,00.- permite a transferência de recursos da União aos Municípios e DF para ampliação da oferta de educação infantil em estabelecimentos educacionais públicos ou instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.- autoriza a transferência adicional de recursos da União para o atendimento em creches de crianças de 0 a 48 meses cadastradas no Censo Escolar, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.- permite a utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas para obras e serviços de engenharia no sistema público de ensino.Estabelece condições para a edificação de equipamentos sociais com recursos do FAR nos empreendimentos do PMCMV e define regras sobre sua propriedade.
12.725, de 16.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece regras que visam à diminuição do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com espécimes da fauna nas imediações de aeródromos.
12.726, de 16.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Determina a criação, no prazo de 6 meses, dos Juizados Especiais Itinerantes, prioritariamente nas áreas rurais ou nos locais de menor concentração populacional.
12.727, de 17.10.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera o Código Florestal quanto à reintrodução dos princípios do desenvolvimento sustentável que devem ser observados na aplicação da lei; ao estabelecimento dos limites das Áreas de Preservação Permanente; ao estabelecimento das normas para o uso ecológicamente sustentável dos apicuns e salgados; e à recomposição da reserva legal, equilibrando o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação.

Decretos

	<ul style="list-style-type: none"> Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, integrado às estratégias do Plano Brasil Sem Miséria e ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Define como público do PAA os beneficiários consumidores e fornecedores, e explicita as modalidades de sua execução. Permite que o pagamento aos beneficiários fornecedores de alimentos ao PAA seja feito por meio de organizações e explicita a forma de aquisição de alimentos no âmbito do programa com dispensa de licitação. Cria instâncias de coordenação e execução do PAA e determina que seja instituído um sistema nacional de informações para permitir o acompanhamento do cumprimento de suas metas.
7.775, de 4.7.2012	<ul style="list-style-type: none"> Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. <ul style="list-style-type: none"> - define, como competência do MDS, a gestão do FNAS, sob orientação e acompanhamento do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. - define as receitas que compõem o FNAS, as delimitações do repasse dos recursos aos entes federados, as condições para seu recebimento e os procedimentos para prestação de contas.
7.788, de 15.8.2012	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, contemplando a possibilidade de o financiamento ser contratado por empresa, conforme especificado na Lei nº 12.513/2011, que instituiu o PRONATEC.
7.790, de 15.8.2012	<ul style="list-style-type: none"> Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO prevendo: <ul style="list-style-type: none"> - elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO. - criação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com composição paritária entre governo federal e sociedade civil, como instância de articulação e discussão da PNAPO. - dispensa de inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, também as organizações dos agricultores, inclusive para comercialização entre diferentes Estados.
7.794, de 20.8.2012	<ul style="list-style-type: none"> Altera o Programa Minha Casa, Minha Vida, quanto à: <ul style="list-style-type: none"> - possibilidade de dispensa de participação financeira do beneficiário, para atendimento de famílias desabrigadas em calamidades ou reassentadas em razão de obras do PAC. - ampliação para até R\$ 3,1 mil a renda mensal das famílias reassentadas, em função de obras do PAC ou desabrigadas de seu único imóvel em razão de calamidades. - fixação em até 95% do valor do subsídio para famílias com renda de até R\$ 1,6 mil beneficiadas pelo PMCMV. - redução da parcela mínima de 10% para 5% e da prestação mínima de R\$50 para R\$25.
7.795, de 24.8.2012	

Decretos (continuação)

7.802, de 13.9.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Altera a Bolsa-Atleta para: <ul style="list-style-type: none"> - permitir o acúmulo da Bolsa-Atleta com o recebimento de salários e patrocínios. - criar a categoria Base, para adolescentes de até 14 anos que tenham se destacado esportivamente em competições escolares. - criar a categoria Pódio, para atletas com efetivas possibilidades de se tornarem medalhistas olímpicos.
7.804, de 13.9.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
7.807, de 17.9.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a definição de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, pelo gestor nacional, prevendo dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia.
7.823, de 9.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Assegura reserva de assentos adequados para pessoas com deficiência nas construções e reformas dos estádios e instalações destinados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
7.824, de 11.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta a Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio, para: <ul style="list-style-type: none"> - criação do Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio. - regulamentação, pelo MEC, das fórmulas para cálculo e critérios de preenchimento das vagas reservadas, bem como da forma de apuração e comprovação da renda familiar bruta.
7.825, de 11.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Altera o Programa Minha Casa, Minha Vida para ampliar o limite de renda dos beneficiários da Faixa II de R\$ 3.100 mil para até R\$ 3.275,00. • Estabelece que a edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação, com recursos do FAR, deverá observar as políticas setoriais federal, estaduais, distrital ou municipais.
7.827, de 16.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta os critérios de verificação do percentual mínimo de gastos da União, Estados e Municípios em saúde, fixado na Constituição Federal, por meio do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS. • Disciplina a retenção de repasse de FPM e FPE e a suspensão de transferências voluntárias nos casos de não aplicação de recursos mínimos em saúde por Estados e Municípios.
7.830, de 17.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta dispositivos referentes ao Código Florestal quanto à criação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e do Cadastro Ambiental Rural; e ao estabelecimento das normas gerais referentes aos Programas de Regularização Ambiental no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Decretos não numerados

- 20.8.2012 • 20 decretos que declaram de interesse social, para fins de reforma agrária, imóveis rurais situados em municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe.

Infraestrutura

Medidas provisórias

576, de 15.8.2012	• Cria a Empresa de Planejamento e Logística S.A.– EPL, para planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte.
577, de 29.8.2012	• Disciplina a atuação do poder concedente nos casos de extinção das concessões de serviço público de energia elétrica, e sua intervenção com o intuito de adequar o serviço público de energia elétrica.
579, de 11.9.2012	• Disciplina a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a redução dos encargos setoriais.
580, de 14.9.2012	• Autoriza a empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – Ceitec a prorrogar por mais 12 meses os contratos firmados. • Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Leis

- 12.706, de
8.8.2012 • Autoriza a criação da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.– AMAZUL

Decretos

7.769, de 28.6.2012	• Dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC.
7.783, de 7.8.2012	• Regulamenta a Lei Geral da Copa, estabelecendo medidas relacionadas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013: - disciplina a obtenção de visto por estrangeiros para entrada no Brasil. - garante ingressos para pessoas com deficiência. - assegura reserva de assentos adequados para pessoas com deficiência nas construções e reformas dos estádios e instalações destinados ao evento.
7.805, de 14.9.2012	• Regulamenta procedimentos sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

Decretos não numerados

- 13.9.2012 • Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, para fazer a gestão das atividades do Governo federal referentes aos eventos olímpicos, desenvolvidas ou financiadas pela administração federal.

Internacional

Decretos de execução

7.773, de 4.7.2012	• Internaliza a Resolução 2040 (2012), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções aplicadas à Líbia.
7.785, de 15.8.2012	• Internaliza a Resolução 2048 (2012), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estabelece regime de sanções para a Guiné-Bissau.
7.786, de 15.8.2012	• Internaliza a Resolução 2045 (2012), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções aplicadas à Costa do Marfim.
7.831, de 29.10.2012	• Dispõe sobre a execução do Septuagésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n 2 (70PA-ACE2), assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Decretos de promulgação

7.811, de 20.9.2012	• Promulga o Acordo Internacional do Café de 2007, firmado pelo Brasil em 19 de maio de 2008.
7.821, de 5.10.2012	• Promulga o Acordo entre Brasil e União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, firmado em 8 de novembro de 2010.





brasil.gov.br